

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	8
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	9

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2018 à 30/09/2018	10
DMPL - 01/01/2017 à 30/09/2017	11
Demonstração de Valor Adicionado	12
Comentário do Desempenho	13
Notas Explicativas	22
Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais	64
Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	65

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	70
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	71
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	72

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/09/2018
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	48.786
Preferenciais	37.680
Total	86.466
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Reunião do Conselho de Administração	23/03/2018	Dividendo	27/03/2018	Preferencial	Preferencial Classe A	72,27240
Reunião do Conselho de Administração	23/03/2018	Dividendo	27/03/2018	Ordinária		65,70219
Reunião do Conselho de Administração	27/04/2018	Dividendo	22/05/2018	Preferencial	Preferencial Classe A	116,88909
Reunião do Conselho de Administração	27/04/2018	Dividendo	22/05/2018	Ordinária		106,26281
Reunião do Conselho de Administração	03/05/2018	Dividendo	22/05/2018	Preferencial	Preferencial Classe A	28,00555
Reunião do Conselho de Administração	03/05/2018	Dividendo	22/05/2018	Ordinária		25,45959
Reunião do Conselho de Administração	27/07/2018	Dividendo	22/08/2018	Preferencial	Preferencial Classe A	93,86207
Reunião do Conselho de Administração	27/07/2018	Dividendo	22/08/2018	Ordinária		85,32915
Reunião do Conselho de Administração	27/07/2018	Dividendo	22/08/2018	Preferencial	Preferencial Classe A	66,54843
Reunião do Conselho de Administração	27/07/2018	Dividendo	22/08/2018	Ordinária		60,49857

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
1	Ativo Total	219.694	224.470
1.01	Ativo Circulante	56.562	42.701
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	34.439	21.463
1.01.01.01	Caixa Geral	497	384
1.01.01.02	Bancos Conta Movimento	5.690	4.046
1.01.01.03	Aplicações Financeiras	28.252	17.033
1.01.03	Contas a Receber	16.686	16.461
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	16.686	16.461
1.01.03.02.01	Créditos Tributários	1.506	2.469
1.01.03.02.02	Créditos a Receber	14.571	13.437
1.01.03.02.03	Adiantamento a Fornecedores	609	555
1.01.04	Estoques	1.207	928
1.01.07	Despesas Antecipadas	2.975	2.129
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	1.255	1.720
1.01.08.03	Outros	1.255	1.720
1.01.08.03.01	Outras Contas a Receber	1.255	1.344
1.01.08.03.02	Indenizações a Receber	0	376
1.02	Ativo Não Circulante	163.132	181.769
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	11.330	9.693
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	3.308	3.171
1.02.01.01.01	Títulos Designados a Valor Justo	3.308	3.171
1.02.01.04	Contas a Receber	1.268	1.467
1.02.01.04.02	Outras Contas a Receber	1.268	1.467
1.02.01.07	Tributos Diferidos	1.820	154
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	1.820	154
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	4.934	4.901
1.02.01.10.03	Depósitos Judiciais	953	920
1.02.01.10.04	Indenizações a Receber	3.981	3.981
1.02.03	Imobilizado	2.708	7.774
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	2.708	7.774
1.02.03.01.01	Imobilizado	2.708	7.774
1.02.04	Intangível	149.094	164.302
1.02.04.01	Intangíveis	149.094	164.302
1.02.04.01.02	Intangível	149.094	164.302

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
2	Passivo Total	219.694	224.470
2.01	Passivo Circulante	39.582	31.852
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	4.849	4.820
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	4.849	4.820
2.01.01.02.01	Salários, Provisões e Contribuições	4.849	4.820
2.01.02	Fornecedores	2.439	2.193
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	2.439	2.193
2.01.03	Obrigações Fiscais	4.981	2.336
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	3.637	1.037
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	2.663	63
2.01.03.01.02	Impostos, Taxas e Contribuições	974	974
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	30	0
2.01.03.02.01	ICMS	30	0
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	1.314	1.299
2.01.03.03.01	ISS	1.314	1.299
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	23.070	20.163
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	15.011	14.801
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	15.011	14.801
2.01.04.02	Debêntures	8.059	5.362
2.01.04.02.01	Debêntures	8.059	5.362
2.01.05	Outras Obrigações	3.835	1.932
2.01.05.02	Outros	3.835	1.932
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	6	6
2.01.05.02.04	Seguros a Pagar	1.711	0
2.01.05.02.05	Retenções Contratuais a Pagar	441	586
2.01.05.02.06	Obrigações para Direito da Concessão	344	330
2.01.05.02.07	Receita Diferida	984	616
2.01.05.02.08	Comissão de Fiança	29	33
2.01.05.02.09	Outras Obrigações	320	361
2.01.06	Provisões	408	408
2.01.06.02	Outras Provisões	408	408
2.01.06.02.04	Provisão para Manutenção	408	408
2.02	Passivo Não Circulante	26.644	32.277
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	17.029	21.982
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	5.933	12.516
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	5.933	12.516
2.02.01.02	Debêntures	11.096	9.466
2.02.01.02.01	Debêntures	11.096	9.466
2.02.04	Provisões	9.615	10.295
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	9.009	9.311
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	1.355	1.725
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	7.654	7.586
2.02.04.02	Outras Provisões	606	984
2.02.04.02.04	Provisão para Manutenção	606	984
2.03	Patrimônio Líquido	153.468	160.341

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
2.03.01	Capital Social Realizado	93.000	89.000
2.03.02	Reservas de Capital	3.596	3.596
2.03.02.01	Ágio na Emissão de Ações	3.596	3.596
2.03.04	Reservas de Lucros	56.872	67.745
2.03.04.01	Reserva Legal	0	2.106
2.03.04.02	Reserva Estatutária	5.452	7.346
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	38.278	58.293
2.03.04.10	Lucros Acumulados	13.142	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2018 à 30/09/2018	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/09/2018	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2017 à 30/09/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/09/2017
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	68.616	187.510	61.304	178.004
3.01.01	Receita de Serviços	66.406	188.728	61.312	181.183
3.01.02	Receita Extraordinária	365	1.040	340	964
3.01.03	Receita de Construções	8.748	16.867	5.799	13.915
3.01.04	Abatimentos	-939	-2.550	-870	-2.461
3.01.05	PIS	-476	-1.285	-399	-1.178
3.01.06	COFINS	-2.196	-5.929	-1.839	-5.435
3.01.07	ISS	-3.292	-9.361	-3.039	-8.984
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-36.496	-96.452	-29.212	-83.194
3.02.01	Custos de Serviços	-27.748	-79.585	-23.413	-69.279
3.02.02	Custos de Construções	-8.748	-16.867	-5.799	-13.915
3.03	Resultado Bruto	32.120	91.058	32.092	94.810
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-4.511	-15.217	-6.127	-18.517
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-6.099	-15.739	-5.260	-15.654
3.04.02.01	Despesas Gerais e Administrativas	-6.099	-15.739	-5.260	-15.654
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	2.738	3.537	8	203
3.04.04.01	Outras Receitas Operacionais	2.738	3.537	8	203
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-1.150	-3.015	-875	-3.066
3.04.05.01	Depreciação	-267	-932	-322	-931
3.04.05.02	Outros	-419	-419	0	-170
3.04.05.03	Participação nos Lucros e Resultados - Empregados	-464	-1.664	-553	-1.965
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	27.609	75.841	25.965	76.293
3.06	Resultado Financeiro	-10.569	-29.341	-10.334	-21.138
3.06.01	Receitas Financeiras	579	1.760	761	3.338
3.06.01.01	Receitas Financeiras	579	1.760	761	3.338
3.06.02	Despesas Financeiras	-11.148	-31.101	-11.095	-24.476
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-1.218	-3.649	-415	-2.133

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2018 à 30/09/2018	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/09/2018	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2017 à 30/09/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/09/2017
3.06.02.02	Remuneração Debenturistas	-9.930	-27.452	-10.680	-22.343
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	17.040	46.500	15.631	55.155
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-5.984	-16.070	-5.257	-18.722
3.08.01	Corrente	-6.131	-17.027	-5.547	-19.574
3.08.02	Diferido	147	957	290	852
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	11.056	30.430	10.374	36.433
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	11.056	30.430	10.374	36.433
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	PN	134,77846	370,95773	126,46453	444,13746
3.99.01.02	ON	122,52588	337,2343	114,96775	403,76133
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	PN	127,22237	350,71257	125,86662	369,71962
3.99.02.02	ON	115,6567	318,82961	114,4242	336,10874

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2018 à 30/09/2018	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/09/2018	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2017 à 30/09/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/09/2017
4.01	Lucro Líquido do Período	11.056	30.430	10.374	36.433
4.03	Resultado Abrangente do Período	11.056	30.430	10.374	36.433

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/09/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/09/2017
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	103.113	92.805
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	116.414	111.932
6.01.01.01	Lucro Antes do Imposto e Contribuição Social	46.500	55.155
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	39.195	31.500
6.01.01.03	Baixa Depreciação, Amortização e Intangível	419	169
6.01.01.04	Provisão para contingências	656	685
6.01.01.05	Reversão de contingências	-958	-662
6.01.01.06	Juros e encargos financeiros	1.520	2.233
6.01.01.07	Encargos Debêntures	27.452	22.343
6.01.01.08	Despesa Financeira - Debêntures	1.630	527
6.01.01.09	Receita Financeira - Debêntures	0	-18
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-13.301	-19.127
6.01.02.01	Despesas antecipadas	-846	-1.062
6.01.02.02	Créditos a receber	-1.134	-239
6.01.02.03	Créditos com partes relacionadas	0	474
6.01.02.04	Adiantamento a fornecedor	-55	-57
6.01.02.05	Estoques	-279	92
6.01.02.06	Depósitos e Bloqueios Judiciais	-32	-27
6.01.02.07	Indenizações a receber	376	-5.530
6.01.02.08	Impostos a recuperar	670	-517
6.01.02.09	Outros circulantes	287	-68
6.01.02.10	Provisão para manutenção	-378	-258
6.01.02.11	Salários, Provisões e Contribuições	363	1.028
6.01.02.12	Fornecedores	246	982
6.01.02.13	Impostos a recolher	45	-132
6.01.02.14	Participação nos Lucros e Resultados	-334	-203
6.01.02.15	Outras obrigações a pagar	1.903	140
6.01.02.16	Imposto de Renda e Contribuição Social	-14.133	-13.750
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-19.477	-15.381
6.02.01	Imobilizado e Intangível	-19.340	-15.905
6.02.02	Ativo Financeiro	-137	524
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-70.660	-70.376
6.03.01	Empréstimos pagos a terceiros	-11.055	-15.449
6.03.02	Pagamento de Dividendos	-38.012	-31.438
6.03.03	Empréstimos Obtidos	4.822	0
6.03.04	Encargos Financeiros pagos a terceiros	-1.660	-1.898
6.03.05	Obrigações a Investidores	-24.755	-21.591
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	12.976	7.048
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	21.463	30.446
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	34.439	37.494

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 30/09/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	89.000	3.596	67.745	0	0	160.341
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	709	0	0	709
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	89.000	3.596	68.454	0	0	161.050
5.04	Transações de Capital com os Sócios	4.000	0	-24.724	-17.288	0	-38.012
5.04.01	Aumentos de Capital	4.000	0	-4.000	0	0	0
5.04.06	Dividendos	0	0	-20.724	-17.288	0	-38.012
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	30.430	0	30.430
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	30.430	0	30.430
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	93.000	3.596	43.730	13.142	0	153.468

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 30/09/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	86.000	3.596	85.513	0	0	175.109
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	86.000	3.596	85.513	0	0	175.109
5.04	Transações de Capital com os Sócios	3.000	0	-17.456	-16.982	0	-31.438
5.04.01	Aumentos de Capital	3.000	0	-3.000	0	0	0
5.04.06	Dividendos	0	0	-14.456	-16.982	0	-31.438
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	36.433	0	36.433
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	36.433	0	36.433
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	89.000	3.596	68.057	19.451	0	180.104

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício 01/01/2018 à 30/09/2018	Anterior 01/01/2017 à 30/09/2017
7.01	Receitas	207.203	193.634
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	186.178	178.722
7.01.02	Outras Receitas	21.025	14.912
7.01.02.01	Receitas Extraordinárias	1.040	964
7.01.02.02	Receitas de Construção	16.867	13.915
7.01.02.03	Outras	3.118	33
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-53.457	-48.053
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-5.718	-5.539
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-30.872	-28.599
7.02.04	Outros	-16.867	-13.915
7.02.04.01	Custos de Construções	-16.867	-13.915
7.03	Valor Adicionado Bruto	153.746	145.581
7.04	Retenções	-38.318	-31.500
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-38.318	-31.500
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	115.428	114.081
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	1.760	3.338
7.06.02	Receitas Financeiras	1.760	3.338
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	117.188	117.419
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	117.188	117.419
7.08.01	Pessoal	18.555	17.922
7.08.01.01	Remuneração Direta	11.464	11.541
7.08.01.02	Benefícios	3.675	3.496
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.752	920
7.08.01.04	Outros	1.664	1.965
7.08.01.04.01	Participações - Empregados	1.664	1.965
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	36.260	37.857
7.08.02.01	Federais	26.431	28.231
7.08.02.02	Estaduais	467	628
7.08.02.03	Municipais	9.362	8.998
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	31.943	25.207
7.08.03.01	Juros	3.568	1.982
7.08.03.02	Aluguéis	923	882
7.08.03.03	Outras	27.452	22.343
7.08.03.03.01	Remuneração Debenturistas	27.452	22.343
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	30.430	36.433
7.08.04.02	Dividendos	17.288	16.982
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	13.142	19.451

Comentário do Desempenho

Aos Acionistas

Apresentamos a seguir o relatório de desempenho referente às Informações Trimestrais (ITR) do trimestre findo em 30 de setembro de 2018.

Os valores são expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Destaques do Período

- A Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) autorizou o reajuste da tarifa básica de pedágio (TBP) de R\$ 18,10, que vigorava desde 25 de setembro de 2017, para R\$ 19,30, a partir de 02/09/2018. O reajuste autorizado contempla a variação do IPCA do período, a isenção da cobrança dos eixos suspensos, advinda da Lei nº 13.103/2015 (Lei dos Caminhoneiros), bem como as inexecuções, exclusões e postergações de investimentos que ocorreram em sequência nos anos de 2017 e 2018.
- O juízo da ação do reequilíbrio do contato de concessão (8ª Vara de Brasília) julgou procedente em 22/09/2018, e publicou a decisão em 08/10/2018, o pleito de pagamento de aporte pela UNIÃO, como forma de reequilíbrio econômico financeiro do contrato de concessão, que se encontra desequilibrado pela suspensão definitiva das receitas de pedágio das praças de PN2 e PN3 pela ANTT em 2013.
- A agência classificadora de riscos Fitch Ratings ratificou o rating da CRT em 'AAA(bra)' com perspectiva estável.

Desempenho econômico-financeiro

Desempenho Operacional

Volume de Tráfego - mil	3T18	3T17	Δ%	9M18	9M17	Δ%
Veículos Equivalentes Pagantes	3.668	3.645	0,6%	10.567	10.803	-2,2%
Leves	1.648	1.670	-1,3%	4.865	5.099	-4,6%
Pesados	2.020	1.975	2,3%	5.702	5.704	0,0%

Comentário do Desempenho

Foram pedagiados no 3T18 3,7 milhões de veículos equivalentes¹, crescimento de 23 mil VEP's (+0,6%) em relação ao 3T17.

Os veículos leves apresentaram uma queda de 22 mil VEP's (-1,3%), provocada pela manutenção dos níveis de desemprego e pelos constantes reajustes nos preços dos combustíveis. Já os veículos pesados superaram em 45 mil VEP's (+2,3%) o 3T17, graças a pequena recuperação da indústria nacional após a greve dos caminhoneiros.

Receita Operacional

R\$ mil	3T18	3T17	Δ%	9M18	9M17	Δ%
Receita Líquida	71.354	61.311	16,4%	191.047	178.207	7,2%
Receitas de Pedágio	66.406	61.312	8,3%	188.728	181.183	4,2%
Outras Receitas	3.103	348	792,9%	4.577	1.167	292,3%
Receita de Construção (IFRS)	8.748	5.798	50,9%	16.867	13.915	21,2%
Deduções da Receita	(6.903)	(6.147)	12,3%	(19.125)	(18.058)	5,9%
Receita Líquida Ajustada¹	62.607	55.513	12,8%	174.180	164.292	6,0%

¹ Exclui Receita de Construção e provisões.

- **Receita de Pedágio** – A Receita com Pedágio no 3T18 foi de R\$ 66,4M, o que representou um crescimento de R\$ 5,1M (+8,3%) em relação ao 3T17. Este aumento é devido ao crescimento do tráfego e aos reajustes da tarifa básica de pedágio, ocorridos em setembro/2017 (5,8%) e em setembro/2018 (6,6%).
- **Outras Receitas** – No 3T18 foram recebidos R\$ 2,7M referentes a regulação de sinistros ocorridos em novembro e dezembro de 2016.
- **Deduções da Receita** – No 3T18 foram concedidos aos moradores de Magé R\$ 770 a título de desconto, conforme acordo homologado pela justiça federal de Magé, tendo como partes a CRT e a Prefeitura de Magé, com anuência da ANTT e ciência do MPF de Magé.

¹ Cada veículo equivalente corresponde a um veículo leve ou a um eixo de veículo pesado.

Comentário do Desempenho

Custos Operacionais e Despesas Administrativas

R\$ mil	3T18	3T17	Δ%	9M18	9M17	Δ%
Custos e Despesas	43.745	35.271	24,0%	115.206	101.836	13,1%
Pessoal	7.353	6.755	8,9%	21.214	20.647	2,7%
Operacionais e Administrativas	9.838	7.977	23,3%	26.305	23.182	13,5%
Conservação e Manutenção	3.195	3.024	5,7%	9.518	9.403	1,2%
Ônus da Concessão	1.260	982	28,3%	3.351	3.224	4,0%
Constituição de Provisões	234	358	-34,5%	657	685	-4,2%
Reversão de Provisões	-774	-152	408,5%	-1.023	-721	41,9%
Custo da Construção (IFRS)	8.748	5.798	50,9%	16.867	13.915	21,2%
Depreciações e Amortizações	13.892	10.528	31,9%	38.318	31.500	21,6%
Custos e Despesas Ajustados¹	35.538	29.267	21,4%	98.705	87.956	12,2%

¹Exclui Custo de Construção e Provisões

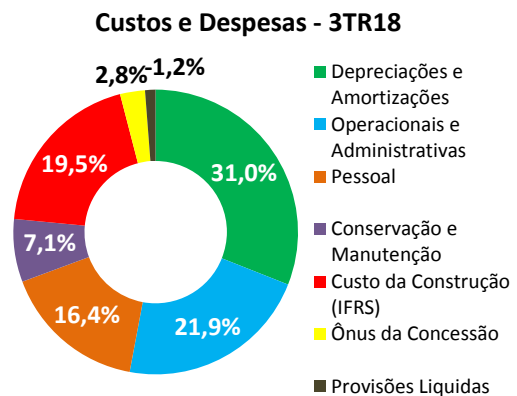
Os Custos Operacionais/Despesas administrativas (ajustados), expurgando as provisões, custo da construção e Depreciações e Amortizações, totalizaram R\$ 21,62M, acima dos custos registrados no 3T17 em R\$ 2,9M (+15,5%). Dentre as principais variações destacamos:

Operacionais e Administrativas – aumento

de R\$ 1,9M (+23,3%), devido, principalmente, ao reajuste das tarifas de energia elétrica acima da inflação e aos demais reajustes contratuais;

Conservação e Manutenção – Crescimento de R\$ 171 (+5,7%) devido a maior demanda de serviços de monitoração e sinalização viária;

Ônus da Concessão – aumento de R\$ 278 (+28,3%) devido ao reajuste da Taxa de Fiscalização paga a agência reguladora e a maior demanda do convênio de Desenvolvimento Tecnológico, firmado com a ANTT.



Comentário do Desempenho

EBITDA e Margem EBITDA

EBITDA Ajustado	3T18	3T17	Δ%	9M18	9M17	Δ%
Lucro líquido	11.056	10.374	6,6%	30.430	36.433	-16,5%
Imposto de Renda e CSLL	5.984	5.333	12,2%	16.070	18.800	-14,5%
Participações	9.930	10.680	-7,0%	27.452	22.343	22,9%
Receitas (despesas) financeiras líquidas	639	-347	-284,5%	1.889	-1.205	-256,8%
Depreciação e amortização	13.892	10.528	31,9%	38.317	31.500	21,6%
Provisões Líquidas	-540	206	0,0%	-366	-36	0,0%
EBITDA Ajustado ¹	40.961	36.774	11,4%	113.794	107.835	5,5%
Margem EBITDA Ajustada	65,4%	66,2%	-0,8 p.p.	65,3%	65,6%	-0,3 p.p.

¹Exclui Custo/Receita de Construção e provisões

O EBITDA Ajustado do 3T18 totalizou R\$ 41M, crescimento de R\$ 4,2M (+11,4%) em relação ao 3T17. A Margem EBITDA Ajustada foi de 65,4% (-0,8 p.p.).

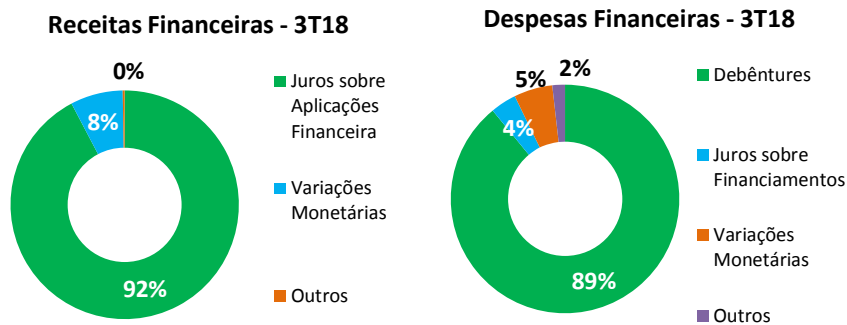
O EBITDA é o lucro líquido adicionado de imposto de renda, das (receitas) despesas financeiras líquidas, variação cambial e monetária líquida e de depreciações e amortizações. Não é uma medida utilizada nas práticas contábeis adotadas no Brasil, não representando, portanto, o fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como uma alternativa ao lucro líquido na qualidade de indicador do desempenho operacional, em que pese o utilizarmos ou como uma alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. Por não ter um significado padronizado, nossa definição pode não ser comparável a de outras companhias. Adicionalmente, entendemos que determinados investidores e/ou analistas financeiros o utilizam como indicador do desempenho operacional de uma companhia e/ou de seu fluxo de caixa.

Resultado Financeiro

Resultado Financeiro - R\$ mil	3T18	3T17	Δ%	9M18	9M17	Δ%
Receitas Financeiras	580	761	-23,9%	1.760	3.338	-47,3%
Juros sobre Aplicações Financeira	535	721	-25,8%	1.589	3.114	-49,0%
Variações Monetárias	43	17	155,2%	165	79	110,2%
Outros	2	23	-92,8%	6	145	-95,8%
Despesas Financeiras	(11.149)	(11.095)	0,5%	(31.101)	(24.476)	27,1%
Debêntures	(9.930)	(10.680)	-7,0%	(27.452)	(22.343)	22,9%
Juros sobre Financiamentos	(408)	(146)	179,5%	(1.372)	(650)	111,0%
Variações Monetárias	(611)	(63)	866,7%	(1.742)	(830)	109,9%
Outros	(199)	(205)	-2,8%	(536)	(653)	-17,9%
Resultado Financeiro	(10.569)	(10.333)	2,3%	(29.341)	(21.138)	38,8%

Comentário do Desempenho

O resultado financeiro da companhia no 3T18 totalizou R\$ 10,6M de despesas financeiras líquidas, um aumento de R\$ 236 (+2,3%) em relação ao 3T17, motivado pela menor receita com juros sobre aplicações financeiras - queda das taxas de remuneração e menor disponibilidade de caixa e pelo crescimento das despesas de financiamento provocado pela captação de R\$ 11,9M por meio do BNDES Automático.



Resultado do Período

DESCRIÇÃO	3T18	3T17	Δ%	9M18	9M17	Δ%
Veículos equivalentes	3.668	3.645	0,6%	10.567	10.803	-2,2%
Receita operacional líquida	71.354	61.311	16,4%	191.047	178.207	7,2%
Receitas operacionais	66.406	61.312	8,3%	188.728	181.183	4,2%
Abatimentos	(939)	(870)	7,9%	(2.550)	(2.461)	3,6%
PIS, COFINS, ISS e outros	(5.964)	(5.277)	13,0%	(16.575)	(15.597)	6,3%
Outras receitas	3.103	348	791,7%	4.577	1.167	292,2%
Receita de construção	8.748	5.798	50,9%	16.867	13.915	21,2%
Custos e despesas	(29.853)	(24.743)	20,7%	(76.888)	(70.336)	9,3%
Custos e despesas	(20.385)	(17.757)	14,8%	(57.036)	(53.233)	7,1%
Provisões diversas	(234)	(358)	-34,6%	(657)	(685)	-4,1%
Reversões diversas	774	152	409,2%	1.023	721	41,9%
Ônus da concessão	(1.260)	(982)	28,3%	(3.351)	(3.224)	3,9%
Custo de construção	(8.748)	(5.798)	50,9%	(16.867)	(13.915)	21,2%
EBITDA	41.501	36.568	13,5%	114.159	107.871	5,8%
<i>EBITDA/receita líquida</i>	<i>58,16%</i>	<i>59,64%</i>	<i>-1,48 p.p.</i>	<i>59,75%</i>	<i>60,53%</i>	<i>-0,78 p.p.</i>
Depreciações e amortizações	(13.892)	(10.528)	32,0%	(38.318)	(31.500)	21,6%
Despesas financeiras líquidas ¹	(10.569)	(10.333)	2,3%	(29.341)	(21.138)	38,8%
Lucro antes i. renda	17.040	15.707	8,5%	46.500	55.233	-15,8%
Imposto de renda/contribuição social ²	(5.984)	(5.333)	12,2%	(16.070)	(18.800)	-14,5%
Lucro líquido	11.056	10.374	6,6%	30.430	36.433	-16,5%
Lucro líquido/receita líquida	15,49%	16,92%	-1,43 p.p.	15,93%	20,44%	-4,51 p.p.
Receita líquida ajustada³	62.606	55.513	12,8%	174.180	164.292	6,0%
EBITDA ajustado⁴	40.961	36.774	11,4%	113.793	107.835	5,5%
Margem EBITDA ajustada	65,4%	66,2%	-0,8 p.p.	65,3%	65,6%	-0,3 p.p.

¹ Inclui remuneração das debêntures

² Contém R\$ 78 de Incentivos fiscais (Lei Rouanet) em 2017.

³ Exclui receita de construção e provisões

⁴ Exclui receita/custo de construção e provisões/reversões diversas

Comentário do Desempenho

O Lucro Líquido no trimestre, por ação preferencial, atingiu R\$ 134,78 contra R\$ 126,46 no 3T17. Por ação ordinária, o valor foi de R\$ 122,52 contra R\$ 114,97 no 3T17. As variações são devidas ao crescimento da receita com pedágio e ao recebimento de parte da regulação dos sinistros ocorridos em novembro e dezembro de 2016.

Remuneração das debêntures e distribuição de dividendos

O montante atribuído aos Acionistas e a remuneração dos Debenturistas referente ao resultado no terceiro trimestre de 2018 totalizou R\$ 15.182 (Acionistas R\$ 9.001 e Debenturistas R\$ 6.181), calculado na base de 100% do resultado líquido após a constituição das reservas obrigatórias.

A companhia também realizou o pagamento de R\$ 9.208 referentes à parcela de lucros acumulados, sendo R\$ 5.459 de dividendos e R\$ 3.749 de remuneração das debêntures.

Financiamento

Em 2009 obtivemos financiamento junto ao BNDES no valor de R\$ 51,8M para realização das obras previstas na rodovia no período 2008-2012. Em maio de 2012 finalizamos a fase de captação. A totalidade do crédito concedido está dividida em: subcrédito A – R\$ 27.752, B – R\$ 11.894, C – R\$ 8.542 e D – R\$ 3.661 - totalmente liberados. O saldo a ser amortizado até julho de 2019 é de R\$ 1,6M.

Sobre os subcréditos A e C incidem juros de 1,8% ao ano acima da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), divulgada pelo Banco Central do Brasil. Sobre os subcréditos B e D incidem juros de 2,8% ao ano acima da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), divulgada pelo Banco Central do Brasil. Os subcréditos A e C foram utilizados até 31 de dezembro de 2010, e amortizáveis a partir de 15 de fevereiro de 2011. Os subcréditos B e D foram utilizados até 31 de maio de 2012, com carência até 15 de janeiro de 2013 e amortizáveis a partir de 15 de fevereiro de 2013, cujos encargos financeiros foram devidamente registrados no passivo. A amortização dos subcréditos A e B terminou em 15 de julho de 2017 e a amortização dos créditos C e D terminará em 15 de julho de 2019.

A Companhia forneceu como garantia carta de fiança emitida pelo Banco Santander (BRASIL) S.A. com vencimento em 10 de janeiro de 2017, sendo substituída por nova carta de fiança emitida pelo Banco ABC Brasil S.A, cujo vencimento ocorrerá em 15 de janeiro de 2020.

Comentário do Desempenho

Em agosto de 2012 realizamos o financiamento da construção da balança fixa localizada no Km 131 e de parte da ampliação da capacidade da subida da serra (Trecho 2B), através da operação BNDES Automático, que tem como agente financeiro o Banco ABC BRASIL S.A., no valor de R\$ 9,5M. Contrato liquidado em set/2017.

Em dezembro de 2013, a Companhia assinou o contrato de financiamento, no valor de R\$ 52,7M junto ao BNDES, de importantes obras que foram realizadas ao longo da rodovia, com destaque para a ampliação da capacidade da subida da serra (Trecho III) e a reconstrução do pavimento entre os quilômetros 71 e 89. Até o momento houve a captação de R\$ 42M. O saldo a ser amortizado até julho de 2019 é de R\$ 9,0M.

Em 2016, a Companhia assinou o contrato de financiamento no valor de R\$ 20M através da operação BNDES Automático, que tem como agente financeiro o Banco Santander. Esta operação tem por finalidade o financiamento de obras de contenção de encostas, construção de rua lateral no km 137 e construção de retorno no km 104,2. Até o momento houve a captação de R\$ 11,8M. O saldo a ser amortizado até fevereiro de 2021 é de R\$ 10,1M.

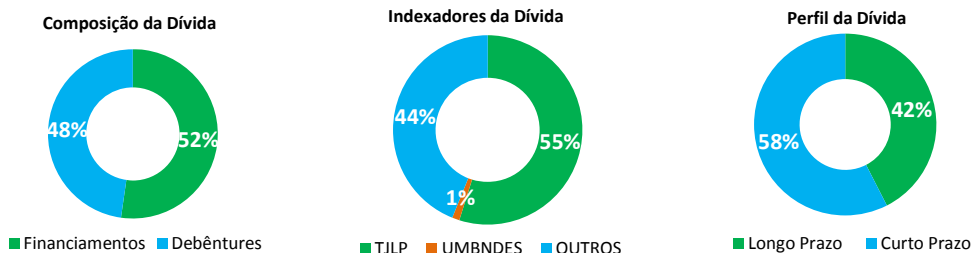
Disponibilidade e Endividamento

Endividamento R\$ mil	3T18	3T17	Δ%
Curto Prazo	23.070	25.389	-9,1%
Empréstimos e Financiamento	15.011	12.831	17,0%
Debêntures	8.059	12.558	-35,8%
Longo Prazo	17.030	19.699	-13,6%
Empréstimos e Financiamento	5.933	10.629	-44,2%
Debêntures	11.096	9.070	22,3%
Dívida Bruta	40.099	45.088	-11,1%
Caixa e Equivalente de Caixa	34.439	37.494	-8,1%
Dívida Líquida	5.660	7.594	-25,5%
EBITDA Ajustado LTM¹	145.407	135.461	7,3%
Dívida Líquida / EBITDA Ajustado LTM	0,04	0,06	-30,6%

¹EBITDA Ajustado dos últimos 12 meses

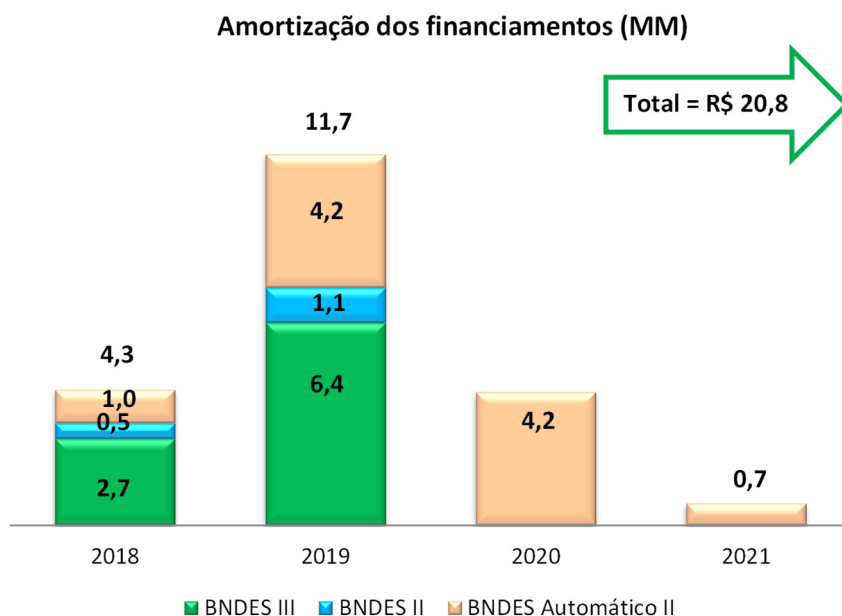
O saldo da dívida bruta em setembro/2018 ficou em R\$ 40,1M, uma redução de R\$ 4,2M (-9,5%) em relação ao saldo de setembro/2017, motivada pela amortização dos financiamentos. A maior parte do saldo da dívida (58%) tem vencimento no curto prazo.

Comentário do Desempenho



A relação Dívida Líquida/EBITDA ajustado LTM do 2T18 apresentou o indicador de 0,06 contra 0,09 do 2T17.

Todos os financiamentos foram contratados em moeda nacional (Real) com indexadores utilizados pelo BNDES. A remuneração das debêntures é realizada por meio de participação nos resultados da Companhia.



Investimentos

Investimentos - R\$ milhões	3T18	3T17	Δ%	9M18	9M17	Δ%
Outras exigências do PER	1.815	2.054	-12%	2.515	5.274	-52%
Contenções de encostas	3.335	3	111075%	8.113	67	12009%
Reconstrução do pavimento flexível e rígido	3.598	3.815	-6%	6.239	8.732	-29%
Total	8.748	5.872	49%	16.867	14.073	20%

Classificação de risco

A agência classificadora de riscos Fitch Ratings, em 13/10/2017, elevou o Rating Nacional de Longo Prazo da Companhia para 'AAA(bra)', com perspectiva estável. Mais detalhes podem ser vistos no endereço www.fitchratings.com.br.

Comentário do Desempenho

Recursos humanos

A Companhia encerrou o terceiro trimestre de 2018 com o efetivo de 338 funcionários (364 em 2017), maior parte residente no município de Magé e adjacências.

Em 2018, a CRT deu continuidade ao Programa de Qualidade de Vida (gestão da saúde e estilos de vida) implementado em 2008, com a ginástica laboral e a massoterapia. Mantivemos os benefícios subsidiados de plano médico e seguro de vida, bem como, a política de subvenção educacional, além do Vale Transporte e do Vale Refeição determinados em convenção.

Responsabilidade social e ambiental

Continuam em andamento em 2018, os projetos avaliados e selecionados no edital para patrocínio em 2017:

Projeto Arte com Teatro – Circuito Escolar – Espetáculo “Proibido estacionar sua vida” (APAExonados por Teatro), promovido pela APAE Magé com ações que visam desenvolver atividades com 80 (oitenta) participantes diretos, por meio de atividades culturais voltadas às artes cênicas e 1200 (um mil e duzentos) espectadores do espetáculo, crianças e jovens da rede pública de ensino no Município de Magé.

Projeto Exposição Fotográfica “Rosário, sonhos e cores”, desenvolvido pelo Lar Tia Anastácia, tendo por objetivo utilizar a arte da fotografia para captar a realidade da comunidade do bairro de São Pedro, especificamente no morro do Rosário em Teresópolis, com ações que propiciem o desenvolvimento de 50 jovens através da arte da fotografia tendo como foco o resgate cultural e o lazer.

Na área ambiental, demos continuidade aos projetos, Fauna Viva e o PRAD – Programa de Recuperação de Áreas Degradadas.

Auditores independentes

Em conformidade com a Instrução CVM nº 381, a Companhia informa que os seus auditores, Pricewaterhouse Coopers Auditores Independentes, não prestaram durante o trimestre findo em 30 de setembro de 2018 outros serviços que não os relacionados com auditoria externa.

A política da Companhia na contratação de outros serviços, que não auditoria externa, assegura que não haja conflito de interesses ou perda de independência dos auditores.

Notas Explicativas

1. Informações Gerais

A Concessionária Rio-Teresópolis S.A. (“CRT” ou “Companhia”) - foi constituída em 7 de novembro de 1995. Suas atividades compreendem, exclusivamente, a exploração da infraestrutura e prestação de serviço público de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias e ampliação do Sistema Rodoviário. A concessão, para exploração da Rodovia BR-116/RJ, no trecho Além Paraíba-Entroncamento BR-040(A) e respectivos acessos, na extensão de 142,5 km, pelo prazo de 25 anos, teve início em 22/03/1996, com término em 21/03/2021, sendo remunerada mediante cobrança de tarifa de pedágio e outras fontes de receitas, de acordo com os termos definidos no contrato de concessão.

A CRT foi constituída sob a forma de “sociedade anônima”, com propósito específico - SPE, cuja vida útil está associada ao prazo determinado no contrato de concessão. A sede está localizada na Rodovia Santos Dumont (BR-116/RJ), s/n, Km 133,5 – Praça de Pedágio Engenheiro Pierre Berman, Bongaba, Magé, RJ. A Companhia não possui ações negociadas em Bolsa de Valores. Seu principal acionista é Investimentos e Participações em Infraestrutura S/A – INVEPAR.

A autorização para conclusão da preparação destas informações trimestrais foi concedida pelo Conselho de Administração da Companhia em 31 de outubro de 2018.

2. Apresentação das informações financeiras intermediárias (informações trimestrais)

As informações financeiras intermediárias (informações trimestrais) da Companhia, foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais ITR.

As demais informações referentes às bases de elaboração, apresentação das informações financeiras intermediárias e resumo das principais práticas contábeis

Notas Explicativas

não sofreram alterações significativas em relação àquelas divulgadas nas Notas Explicativas nº 2 e 3 às demonstrações financeiras anuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017 (ver nota 2.1 a seguir), publicadas na imprensa oficial em 28 de março de 2018. Essas informações financeiras intermediárias devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras anuais.

As informações financeiras nas notas explicativas estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.1 Novas normas emitidas pelo IASB e pelo CPC

- a) Normas e interpretações em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018:
- IFRS 15/CPC 47 - "Receita de Contratos com Clientes": define cinco passos simples a serem aplicados aos contratos firmados com clientes para fins de reconhecimento de receita e divulgação. Substitui os antigos pronunciamentos (IAS 18 e IAS 11) e interpretações (IFRIC 13, IFRIC 15 e IFRIC 18) sobre o tema. A adoção dessa nova norma não gerou impacto nas informações financeiras intermediárias da Companhia.
 - IFRS 9/CPC 48 - "Instrumentos Financeiros": aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do IFRS 9 foi publicada em julho de 2014, com vigência para 1º de janeiro de 2018, e substitui a orientação no IAS 39/CPC 38, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações que o IFRS 9 traz são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de *impairment* para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de *hedge*. Em função dessa nova norma, a Companhia ratificou a classificação das debêntures conversíveis que constituem um instrumento financeiro composto em conformidade com a essência dos termos contratuais e as definições do CPC 39, por conter as características de patrimônio líquido e de dívida. As informações financeiras intermediárias da Companhia não foram impactadas como resultado da adoção dessa nova norma.

Notas Explicativas

b) Normas que ainda não estão em vigor:

- IFRS 16 - "Operações de Arrendamento Mercantil": com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O IFRS 16 entra em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019 e substitui o IAS 17/CPC 06 - "Operações de Arrendamento Mercantil" e correspondentes interpretações. A Companhia não adotou este pronunciamento antecipadamente por não possuir operações com Arrendamento Mercantil.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

3. Contrato de concessão

A Companhia detém contrato de concessão para exploração de serviços públicos delegados a terceiros e, como tal, estas atividades são submetidas à contabilização conforme o ICPC 01. A Concessionária Rio-Teresópolis - CRT detém o direito de exploração, sob forma de concessão não onerosa de serviço precedido de obra pública, pelo prazo de 25 anos, não admitida sua prorrogação, salvo nas hipóteses previstas no contrato de concessão, para exploração da Rodovia BR-116/RJ, tendo início no entroncamento com a Rodovia BR-040/RJ até Além Paraíba, mediante cobrança de pedágio, conforme contrato assinado em 22 de novembro de 1995 com a União, por intermédio do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER), atual Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

A CRT mantém Convênio Especial de Cooperação Técnica com a ANTT para a realização de serviços, estudos e pesquisas concernentes às diversas áreas da engenharia rodoviária, como também para troca de experiências e informações técnicas com os organismos nacionais e internacionais, em congressos, reuniões técnicas, cursos e desenvolvimento de trabalhos conjuntos. Pelo convênio, a

Notas Explicativas

Companhia pode destinar até 0,25% da receita prevista no contrato de concessão, sendo anual a sua utilização.

A tarifa básica de pedágio está sujeita aos termos do Contrato de Concessão, sendo reajustada anualmente mediante utilização de fórmula própria, constante do referido contrato, podendo ser revisado em outro momento, de modo a assegurar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

Em 27 de agosto de 2012 foi assinado o quarto aditivo ao contrato de concessão, com a adoção do fluxo de caixa marginal para as novas obras (não previstas no PER), além da adoção do IPCA em substituição à fórmula paramétrica, originariamente prevista no contrato de concessão.

A CRT, até a presente data, tem realizado os investimentos e trabalhos constantes do Contrato de Concessão e do Programa de Exploração da Rodovia (PER) dentro do cronograma físico-financeiro estabelecido pelo DNER, atual ANTT, não prevendo mudanças nesse aspecto.

No Programa de Exploração da Rodovia - PER, estão previstos investimentos no montante de R\$ 100.873, como segue (dados em milhares de reais):

	2018	2019	2020 a 2021	Total
Investimentos – PER	28.821	34.488	37.564	100.873

Tais investimentos estão condicionados à autorização prévia da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), que estabelece o cronograma dos investimentos que deverão ser efetuados, bem como autoriza o respectivo repasse na tarifa para manter o equilíbrio econômico e financeiro do contrato. Essa avaliação é feita anualmente.

Notas Explicativas**4. Caixa e equivalentes de caixa**

	30.09.2018	31.12.2017
<u>Caixa e Bancos:</u>	6.187	4.430
<u>Aplicações Financeiras de curto prazo:</u>		
Caixa Econômica Federal	11.999	15.522
Banco ABC Brasil S.A	16.253	1.511
	<u>28.252</u>	<u>17.033</u>
Total	<u>34.439</u>	<u>21.463</u>

As aplicações financeiras realizadas em Certificados de Depósitos Bancários - CDB, com insignificante risco de mudança de valor e com prazo de vencimento de até três meses da data da contratação, com rendimentos entre 90% e 101% do CDI. O valor aplicado, acrescido dos rendimentos, se equipara ao seu valor de mercado.

5. Aplicações financeiras - não circulante

	30.09.2018	31.12.2017
Aplicações Financeiras	3.308	3.171
Total não circulante	<u>3.308</u>	<u>3.171</u>

O ativo financeiro compreende aplicação em CDB com rendimento diário a um percentual do CDI, vinculada ao contrato do BNDES firmado em dezembro de 2013, para garantia de pagamento do principal e dos juros contratados.

6. Créditos a receber

	30.09.2018	31.12.2017
Pedágio eletrônico	12.715	12.384
Vale Pedágio	1.257	1.038
Outros	599	15
Total	<u>14.571</u>	<u>13.437</u>

A Companhia vem operando desde o ano de 2009 com o sistema de cobrança eletrônica de pedágio Via Fácil. Em 18/09/2017, a CGMP (Centro de Gestão de Meios de Pagamento) incorporou a DBTRANS, responsável pelo sistema de vale pedágio utilizado pela Companhia desde 2011.

Notas Explicativas

Além desses, a Companhia opera ainda com os pedágios eletrônicos Sem Parar, Conectcar, Move Mais e vale pedágio Visa Vale. Os valores repassados pelas administradoras são recebíveis em até 30 dias, subsequentes ao mês de registro da passagem pelo usuário sem a incidência de juros. A comissão sobre esta operação é cobrada diretamente do usuário.

A Companhia não registra provisão para devedores duvidosos em virtude de não existir expectativa e/ou histórico de perdas significativas com estes créditos. Em 30 de setembro de 2018, não há valores significativos em atraso.

7. Estoques

	30.09.2018	31.12.2017
Almoxarifado	1.050	836
Matéria-prima	157	92
Total	1.207	928

Os estoques representam aquisições destinadas ao uso e consumo de materiais administrativos e os aplicados na manutenção da rodovia.

8. Impostos, taxas e contribuições

a) Créditos tributários

	30.09.2018	31.12.2017
Imposto de Renda e Contribuição Social	1.153	2.116
PIS e COFINS	346	343
ISS	7	7
ICMS	-	3
Circulante	1.506	2.469

Notas Explicativas**b) Obrigações fiscais**

	30.09.2018	31.12.2017
Imposto de Renda e Contribuição Social	2.663	63
PIS e COFINS	957	956
ISS	1.314	1.299
ICMS	30	-
IRRF	17	18
Circulante	4.981	2.336

c) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos

A Companhia, de acordo com o CPC 32 - Impostos sobre o lucro, reconhece, quando aplicável, créditos tributários, fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, aprovada pela Administração. O valor contábil do ativo e passivo fiscal diferido é revisado periodicamente.

O quadro abaixo apresenta a composição do imposto de renda e contribuição social diferidos:

	30.09.2018			31.12.2017		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Ativo						
IR e CSLL diferidos s/ Prov. Custo Manutenção	381	137	518	511	184	695
IR e CSLL diferidos s/ Prov. Riscos	2.653	955	3.608	2.328	838	3.166
IR e CSLL diferidos s/ Ajuste a Valor Justo Debêntures	1.697	611	2.308	1.290	464	1.754
IR e CSLL diferidos s/ Contingência Tributária	260	-	260	260	-	260
Ativo não circulante	4.991	1.703	6.694	4.389	1.486	5.875
Passivo						
IR e CSLL diferidos Receita Financeira	558	201	759	727	261	988
IR e CSLL diferidos Amortização Intangível	1.190	428	1.618	1.550	558	2.108
IR e CSLL diferidos s/ Reembolso de contingência	995	358	1.353	995	358	1.353
IR e CSLL diferidos s/ Ajuste a Valor Justo Debêntures	841	303	1.144	841	303	1.144
IR e CSLL diferidos s/ Reembolso de Sinistro	-	-	-	94	34	128
Passivo não circulante	3.584	1.290	4.874	4.207	1.514	5.721
Imposto diferido líquido ativo (passivo)	1.407	413	1.820	182	(28)	154

Notas Explicativas**d) Imposto de renda e contribuição social no resultado do período**

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

	30.09.2018	30.09.2017
Lucro antes da tributação	46.500	55.155
IR e CS sobre lucro líquido 34%	(15.810)	(18.753)
Despesas não dedutíveis diversas	(1.403)	(1.204)
Exclusões permanentes diversas	547	287
Incentivos fiscais	-	263
Efeitos adoção inicial Lei 12.973 para concessionárias	697	671
Ajustes IRPJ e CSLL exercícios anteriores	(119)	(4)
Outros	18	18
IR e CS totais	(16.070)	(18.722)
Corrente	(17.027)	(19.574)
Diferido	957	852

9. Imobilizado

	Equipamentos e Instalações	Computadores e Periféricos	Móveis e Utensílios	Veículos	Outros Imobilizados ¹	Estoques para Imobilizações ²	Total
Em 1º de janeiro de 2017							
Saldo inicial líquido	3.496	168	223	929	2.253	-	7.069
Aquisições	69	310	19	479	950	294	2.121
Transferências	28	35	33	-	(21)	(75)	-
Baixas	(24)	-	-	(393)	-	-	(417)
Depreciação	(805)	(127)	(41)	(259)	(15)	-	(1.247)
Baixas	24	-	-	224	-	-	248
Saldo contábil líquido	2.788	386	234	980	3.167	219	7.774
Em 31 de dezembro de 2017							
Custo	6.474	1.479	544	1.416	3.545	219	13.677
Depreciação acumulada	(3.686)	(1.093)	(310)	(436)	(378)	-	(5.903)
Saldo contábil líquido	2.788	386	234	980	3.167	219	7.774
Em 1º de janeiro de 2018							
Saldo inicial líquido	2.788	386	234	980	3.167	219	7.774
Aquisições	170	142	6	-	28	1.115	1.461
Transferências	(3.094)	254	(76)	(19)	(2.957)	(1.039)	(6.931)
Baixas	(1.516)	(584)	(195)	(129)	(208)	-	(2.632)
Depreciação	(419)	(58)	(53)	(496)	(5)	-	(1.031)
Transferências	1.532	(87)	70	263	14	-	1.792
Baixas	1.324	547	150	74	180	-	2.275
Saldo contábil líquido	785	600	136	673	219	295	2.708
Em 30 de setembro de 2018							
Custo	2.034	1.291	279	1.268	408	295	5.575
Depreciação acumulada	(1.249)	(691)	(143)	(595)	(189)	-	(2.867)
Saldo contábil líquido	785	600	136	673	219	295	2.708

¹ Referem-se as Imobilizações em andamento; Prédios e benfeitorias; Terrenos; Ferramentas e Software Business Intelligence.

² Referem-se as Imobilizações localizadas no almoxarifado: Móveis e utensílios, Equipamentos de Informática, Máquinas e Equipamentos, entre outros bens adquiridos para futura utilização no ativo fixo.

Notas Explicativas

Os itens de ativo imobilizado referem-se a ativos que não estão vinculados diretamente a concessão. Anualmente, a Companhia avalia se existem evidências de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação e, quando aplicável, realiza teste de recuperação dos mesmos. Não foi identificada a necessidade de provisão para redução do saldo contábil ao seu valor de realização em 30 de setembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017.

A vida útil dos itens utilizada na depreciação é como segue:

	Anos
Equipamentos e instalações	10
Computadores e periféricos	5
Móveis e utensílios	10
Veículos	5
Máquinas e equipamentos	10
Prédios e benfeitorias	25

10. Intangível

	Infraestrutura				Marcas e Patentes	Software	Total
	Recuperação	Operação	Melhoramentos	Outros (*)			
Em 1º de janeiro de 2017							
Custo	192.488	30.744	200.575	6.075	53	752	430.687
Amortização acumulada	(105.723)	(17.968)	(120.022)	-	(53)	(471)	(244.237)
Saldo contábil líquido	86.765	12.776	80.553	6.075	-	281	186.450
Em 31 de dezembro de 2017							
Saldo inicial	86.765	12.776	80.553	6.075	-	281	186.450
Aquisições	-	386	45	18.155	36	150	18.772
Transferências	15.234	935	4.795	(20.971)	-	7	-
Baixas	-	-	-	-	-	(6)	(6)
Amortização	(19.166)	(3.077)	(18.650)	-	(1)	(26)	(40.920)
Baixas	-	-	-	-	-	6	6
Saldo contábil líquido	82.833	11.020	66.743	3.259	35	412	164.302
Em 31 de dezembro de 2017							
Custo	207.722	32.065	205.415	3.259	89	903	449.453
Amortização acumulada	(124.889)	(21.045)	(138.672)	-	(54)	(491)	(285.151)
Saldo contábil líquido	82.833	11.020	66.743	3.259	35	412	164.302
Em 1º de janeiro de 2018							
Saldo inicial	82.833	11.020	66.743	3.259	35	412	164.302
Aquisições	-	53	874	16.867	-	85	17.879
Transferências	(55.141)	18.454	49.915	(6.759)	-	462	6.931
Baixas	(4.694)	(6.192)	(1.959)	-	(50)	(492)	(13.387)
Amortização	(18.602)	(3.099)	(16.220)	-	(9)	(234)	(38.164)
Transferências	37.754	(10.107)	(29.382)	-	-	(57)	(1.792)
Baixas	2.814	6.147	3.822	-	50	492	13.325
Saldo contábil líquido	44.964	16.276	73.793	13.367	26	668	149.094
Em 30 de setembro de 2018							
Custo	147.887	44.380	254.245	13.367	39	958	460.876
Amortização acumulada	(102.923)	(28.104)	(180.452)	-	(13)	(290)	(311.782)
Saldo contábil líquido	44.964	16.276	73.793	13.367	26	668	149.094

(*) O valor de Outros se refere a obras em andamento.

Notas Explicativas

Para os itens do Intangível que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores recuperáveis, a Companhia realiza testes para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A Administração efetuou análise anual do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos. Em 30 de setembro de 2018 e em 31 de dezembro de 2017 não foram identificadas evidências de que os saldos contábeis dos ativos corpóreos ou intangíveis estivessem registrados a valores superiores aos seus valores de recuperação.

No trimestre findo em 30 de setembro de 2018, a Companhia capitalizou encargos financeiros incorridos sobre financiamento no montante de R\$ 337, diretamente atribuíveis às obras realizadas ao longo da rodovia em conformidade com o direito de exploração.

11. Fornecedores e outras obrigações

	30.09.2018	31.12.2017
Fornecedores		
Fornecedores Nacionais ⁽¹⁾	2.439	2.193
	<u>2.439</u>	<u>2.193</u>
Outras obrigações		
Comissões sobre fianças ⁽²⁾	29	33
Verba de fiscalização ⁽³⁾	344	330
Receita Diferida ⁽⁴⁾	984	616
Retenções contratuais ⁽⁵⁾	441	586
Seguros a Pagar ⁽⁶⁾	1.711	-
Energia ⁽⁷⁾	259	209
Outras	61	152
	<u>3.829</u>	<u>1.926</u>
Dividendos	6	6
Total	<u>6.274</u>	<u>4.125</u>

(1) Os fornecedores nacionais compreendem obrigações perante fornecedores no País, relacionadas com compras de mercadorias e serviços a vencer no período de 12 (doze) meses do encerramento contábil. Os saldos de contas a pagar a fornecedores em 30 de

Notas Explicativas

juros de 2,8% ao ano acima da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), divulgada pelo Banco Central do Brasil. Os subcréditos A e C foram utilizados até 31 de dezembro de 2010, e amortizáveis a partir de 15 de fevereiro de 2011. Os subcréditos B e D foram utilizados até 31 de maio de 2012, com carência até 15 de janeiro de 2013 e amortizáveis a partir de 15 de fevereiro de 2013, cujos encargos financeiros foram devidamente registrados no passivo. A amortização dos subcréditos A e B terminou em 15 de julho de 2017 e dos subcréditos C e D terminará em 15 de julho de 2019.

A Companhia forneceu como garantia carta de fiança emitida pelo Banco Santander (BRASIL) S.A. com vencimento em 10 de janeiro de 2017, sendo substituída por nova carta de fiança emitida pelo Banco ABC Brasil S.A., cujo vencimento ocorrerá em 15 de janeiro de 2020.

Os investimentos financiados foram finalizados em dezembro de 2012 e a última “tranche” ocorreu em fevereiro de 2013, visto que as liberações são realizadas pelo sistema de “reembolso”.

A Companhia firmou novo contrato de financiamento mediante abertura de crédito com o BNDES, destinado à realização de obras de ampliação, modernização e recuperação estrutural da Rodovia BR-116/RJ, trecho Além Paraíba-Teresópolis – Entroncamento BR-040, relativas ao período de 2012 a 2017, com destaque para a construção da terceira e quarta faixas da Serra de Teresópolis, dividido nos seguintes subcréditos: Subcrédito A – R\$ 36.913, dos quais R\$ 28.963 foram levantados até a presente data e Subcrédito B – R\$ 15.820, dos quais R\$ 12.879 foram levantados até a presente data.

Sobre o subcrédito A incidirão juros de 1,89% ao ano, acima da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP, divulgada pelo Banco Central do Brasil. Sobre o subcrédito B incidirão juros de 2,89% ao ano, acima da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP, divulgada pelo Banco Central do Brasil. Os subcréditos foram utilizados até março de 2015, e amortizáveis a partir de 17 de agosto de 2015 até 15 de julho de 2019, cujos encargos financeiros foram devidamente registrados no passivo.

O presente contrato considerou as seguintes garantias: cessão fiduciária de créditos, criação de conta reserva no valor correspondente a três parcelas “*Payments*” (PMT's) e

Notas Explicativas

penhor de 15,37%, das ações da Companhia em poder dos seguintes intervenientes: Investimentos e Participações em Infraestrutura S/A – INVEPAR, CCNE Carioca Concessões S/A, Road Participações em Concessionárias LTDA e Queiroz Galvão Logística S/A.

Esse contrato de empréstimo firmado em dezembro de 2013 está sujeito à cláusulas restritivas. As principais resumidas são:

- Não conceder mútuos a qualquer acionista, sem prévia e expressa autorização do BNDES;
- Não apresentar sem prévia e expressa autorização do BNDES saldo devedor que represente mais de 15% da receita bruta da Companhia. Ficam excluídos do cômputo a que se refere esta cláusula, os valores referentes à contratação de financiamentos cuja finalidade seja exclusivamente a aquisição de equipamentos para operação da beneficiária, o saldo devedor referente ao crédito decorrente desse contrato, os valores referentes à contratação de financiamento junto ao BNDES e ao BNDES Automático e à emissão de debêntures.
- Durante a vigência do contrato, não realizar distribuição de dividendos acima do mínimo obrigatório, quando a relação entre Patrimônio Líquido e Passivo Total for inferior a 20% ou índice de cobertura do serviço da dívida (ICSD) for inferior a 1,3.
- Requerer prévia e expressa anuência do BNDES para alteração no seu quadro acionário vigente à data de assinatura do presente contrato que implique no ingresso de novo acionista com participação igual ou superior a 20% do capital social da beneficiária.

Os demais contratos e financiamentos da Companhia não estão sujeitos a cláusulas restritivas (“covenants”).

A Companhia firmou novo contrato de abertura de crédito fixo, modalidade, Produto BNDES Automático, tendo como agente financeiro o Banco Santander S.A. Os recursos foram destinados às obras de contenção, fresagem, microrevestimento, passarelas, dreno horizontal e recuperação do pavimento rígido.

Notas Explicativas

A totalidade do crédito compreende R\$ 20.000, dos quais R\$ 9.266 foram levantados até a presente data. O crédito remanescente será liberado conforme as necessidades do projeto, respeitadas as programações financeiras do BNDES.

Sobre o valor financiado incidirão juros de 6% ao ano, acima da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP, divulgada pelo Banco Central do Brasil. O crédito inicial foi utilizado até outubro de 2017, visto que as liberações são realizadas pelo sistema de reembolso. A amortização teve início em 15 de março de 2018.

O presente contrato não possui cláusulas restritivas (“covenants”).

Em 30 de setembro de 2018, todos os “covenants” foram atendidos.

As parcelas relativas ao principal dos financiamentos no passivo não circulante apresentam os seguintes vencimentos:

	30.09.2018
2019	1.047
2020	4.188
2021	698
Total Longo Prazo	5.933

13. Salários, provisões e contribuições

	30.09.2018	31.12.2017
Obrigações Trabalhistas	2.361	1.929
Participação no Resultado	1.395	1.729
Encargos Trabalhistas	759	845
Imposto de Renda Retido na Fonte	138	98
Benefícios	21	11
Outros	175	208
Total Circulante	4.849	4.820

Notas Explicativas

14. Contingências

A Companhia constitui provisão em face de perdas prováveis decorrentes de ações trabalhistas, cíveis e fiscais, baseada nas informações de seus assessores jurídicos. As ações de natureza cível estão cobertas por apólice de seguro (Nota 25). A Administração não acredita na ocorrência de perdas significativas não cobertas pelo seguro. Adicionalmente, a Companhia detém R\$ 953 em setembro de 2018 (31 de dezembro de 2017 – R\$ 920), depositados judicialmente referente aos processos cíveis e trabalhistas, nos valores de R\$ 918 (31 de dezembro de 2017 – R\$ 879) e R\$ 35 (31 de dezembro de 2017 - R\$ 41), respectivamente.

Composição e movimentação do saldo

	Saldo Inicial 31.12.2017	Adições	Baixas	Provisões Revertidas	Saldo Final 30.09.2018
Trabalhistas	1.725	228	(89)	(509)	1.355
Cíveis	7.586	428	(93)	(267)	7.654
Valor Provisionado	<u>9.311</u>	<u>656</u>	<u>(182)</u>	<u>(776)</u>	<u>9.009</u>

Destaca-se o valor atualmente registrado a título de provisão de contingência cível na importância de R\$ 7.654, dos quais, R\$ 6.371 refere-se a ação ajuizada por Jaílson Bispo Ferreira em desfavor da CRT, por atropelamento de animal de grande porte no ano de 2000. Esta ação está coberta por apólice, emitida pela seguradora Bradesco Seguros, no valor histórico de R\$ 3.981 e está registrada no ativo não circulante.

a) Processos cíveis

Os principais litígios cíveis envolvendo a Companhia referem-se, basicamente, aos seguintes aspectos:

- (i) Indenização por danos materiais e morais resultantes de acidentes ocorridos na rodovia

Ações de indenização ajuizadas por usuários da rodovia, em função de danos materiais e morais causados por acidentes, inclusive com vítimas fatais. Cabe

Notas Explicativas

ressaltar que a Companhia, além de constituir provisão, possui seguro de Responsabilidade Civil e Danos Morais para cobertura de tais eventos. Os valores provisionados compreendem a franquia prevista na apólice de seguro e as causas prováveis que não possuem cobertura.

(ii) Ação cível pública de nulidade do contrato

Anulação do Contrato de Concessão, por meio de ações populares, sob a alegação de ilegalidades e de que o lucro obtido pela Companhia com a exploração da Concessão não estaria sendo acompanhado de melhorias na Rodovia. Em 27 de outubro de 2011, o Juízo julgou improcedente a presente ação, não tendo acolhido a tese autoral.

Em 04 de agosto de 2015, foi publicada decisão do TRF-2ª Região, que julgou a ação popular e as apensadas. A CRT obteve êxito total em três delas, desonerando-a da indenização por danos materiais e morais, bem como da isenção de cobrança do pedágio na praça PN-2, localizada no Km 71 da rodovia.

Quanto à ação popular, o TRF-2ª Região entendeu em reformar, por maioria, a sentença de primeiro grau que havia julgado improcedente o pedido de anulação do contrato de concessão.

A CRT recorreu da referida decisão judicial a fim de assegurar seus direitos e proteger sua gestão de mais de vinte anos da concessão em vigor, bem como adotará os procedimentos processuais cabíveis para reverter tal decisão, até seu trânsito em julgado.

(iii) Ações de desapropriação

Ações de desapropriação junto com o Poder Concedente de áreas declaradas de utilidade pública, visando à construção de instalações, tal como a de um Posto de Pesagem Fixa, no valor aproximado de R\$ 856. A maioria das áreas está situada nos municípios de Teresópolis e Magé.

Notas Explicativas

b) Processos trabalhistas

A maioria das causas é oriunda de contratos de subempreiteiras, cujo desfecho tem sido favorável à CRT, penalizando apenas o real empregador.

c) Ação de Obrigação de Fazer

A CRT protocolou em 05/05/2017, nova Ação de Obrigação de Fazer, com pedido alternativo condenatório e pedido de tutela de urgência contra a União e a Agência Nacional de Transportes Terrestres ("ANTT") em razão de grave desequilíbrio econômico-financeiro existente no contrato de concessão firmado com a CRT, que persiste desde 2013.

O desequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão foi provocado, principalmente, pelas retiradas das praças de pedágio de PN2 e PN3, localizadas no km 71 e km 14, respectivamente, que desde 2013 a CRT tem tentado junto a ANTT uma forma de reequilibrá-lo.

A ANTT, embora tenha reconhecido o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão apresentado na 7ª revisão extraordinária e na 21ª revisão ordinária, até o momento não aprovou a forma de reequilibrar o contrato de concessão, conforme as previsões contratuais em vigor.

A CRT acredita que o contrato de concessão será respeitado e que os desequilíbrios apontados serão devidamente reequilibrados por meio dos instrumentos disponíveis e previstos neste.

d) Contingências possíveis

Adicionalmente, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, a Companhia possui o montante de aproximadamente, R\$ 12.827 em setembro de 2018, referente a processos cíveis e trabalhistas, cujos riscos de perda foram considerados possíveis, os quais, não foram considerados para fins de provisão, conforme composição e estimativa a seguir:

Notas Explicativas

	30.09.2018	31.12.2017
Trabalhistas	3.641	2.604
Cíveis	8.851	9.226
Fiscais	335	-
	12.827	11.830

15. Provisão para manutenção

A Companhia constitui provisão para grandes manutenções, quando aplicável, conforme determinado pelo ICPC 01 e com base no CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Tal provisão tem o objetivo de mensurar adequadamente o passivo com a melhor estimativa do gasto necessário para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

A composição dos saldos da provisão para manutenção em 31 de dezembro de 2017 e 30 de setembro de 2018 são:

	Saldo Inicial 31.12.2017	Realização	Saldo Final 30.09.2018
Provisão para manutenção	1.392	(378)	1.014
Provisão de Curto Prazo	408		408
Provisão de Longo Prazo	984		606

16. Debêntures

As Assembleias Gerais Extraordinárias da Companhia realizadas em 27 de agosto de 2001, 05 de novembro de 2001 e 05 de dezembro de 2001 deliberaram pela 1ª emissão pública de debêntures da Companhia, tendo tal emissão sido aprovada pela CVM em 26 de dezembro de 2001, com as seguintes características resumidas:

- 1) Forma e espécie: Escriturais, nominativas, em conta de depósito em nome de seus titulares, não tendo garantias pessoais,

Notas Explicativas

reais ou flutuantes, e serão subordinadas aos demais credores da Companhia.

- 2) Quantidade de títulos: 23.100 debêntures simples, referentes à 1ª emissão.
- 3) Valor da emissão (em R\$): A presente emissão tem o valor total, valor nominal e prêmio de emissão, de R\$ 62.963, na data de emissão.
- 4) Data de emissão: 31 de dezembro de 2001.
- 5) Valor nominal (em R\$): (Cláusula 2.8): As debêntures têm valor nominal unitário de R\$ 0,56055, na data de emissão, perfazendo o valor nominal total de R\$ 12.949.
- 6) Prêmio de emissão (em R\$): (Cláusula 2.9): As debêntures foram emitidas com prêmio unitário de R\$ 2,16513 na data de emissão, perfazendo o total de R\$ 50.014.
- 7) Vencimento final: (Cláusula 2.18): Vencimento: Conforme facultado pelo art. 55, § 3º da Lei nº 6.404/76, as Debêntures somente vencerão quando da dissolução ou liquidação da EMISSORA, por qualquer razão, ressalvado o disposto no item 2.21.
- 8) Vencimento Antecipado: (Cláusulas 2.19 & 2.20):
2.19 – Vencimento Antecipado. Na hipótese de dissolução da Emissora ou descumprimento das obrigações previstos na Cláusula 2.16, o Agente Fiduciário poderá declarar antecipadamente vencidas as Debêntures. Todavia, tal declaração de vencimento antecipado será vedada ao Agente Fiduciário caso o inadimplemento, pela Emissora, das obrigações previstas na Cláusula 2.16 decorrer do fato de tais obrigações serem incompatíveis: (i) com a disponibilidade financeira da Emissora (desde que,

Notas Explicativas

nesta hipótese, o inadimplemento pela Emissora das obrigações previstas na Cláusula 2.16 não ocorra por período superior a três exercícios sociais consecutivos); e/ou (ii) com os compromissos contratuais e/ou de investimentos da Emissora decorrentes do Contrato de Financiamento e/ou do Contrato de Concessão.

2.20 – Na hipótese de vencimento antecipado das Debêntures, conforme disposto na Cláusula 2.19 acima, a EMISSORA pagará aos detentores das Debêntures, à época em circulação, o valor nominal das Debêntures, corrigido de acordo com a variação do Índice Geral de Preços de Mercado auferido pela Fundação Getúlio Vargas (“IGPM”), ou, na extinção ou invalidação deste, por qualquer outro índice que venha, de modo mais similar ao IGP-M, resguardar o valor econômico do valor nominal das Debêntures.

9) Conversibilidade:

(Cláusula 2.11.1.) Os detentores das Debêntures poderão solicitar a conversão de suas Debêntures em ações preferenciais da Emissora a partir de 15 de maio de 2002, observando o disposto nas Cláusulas 2.11.4, 2.11.8 e 2.11.10 desta Escritura.

(Cláusula 2.11.4): Aberto o prazo na forma do item 2.11.1 supra, a conversão de Debêntures em ações da EMISSORA deverá ser realizada até 30 (trinta) dias antes de 22 de março de 2021, data do término da concessão outorgada à EMISSORA, conforme Contrato de Concessão de Serviço Público Precedido de Obra Pública entre a União, por Intermédio do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem – DNER, e a Concessionária Rio-Teresópolis S.A., datado de 22 de novembro de 1995 (“Contrato de Concessão”).

(Cláusula 2.11.5.) Cada uma das Debêntures será conversível em 4,1225 novas ações preferenciais

Notas Explicativas

classe A, sem direito a voto, nominativas e sem valor nominal, representativas do capital social da EMISSORA, com as mesmas características das ações preferenciais classe A previstas no Estatuto Social da Emissora na data de assinatura da presente Escritura. Caso a conversão das Debêntures resulte em número fracionário de ação, a parcela correspondente a tal fração será devida em moeda corrente nacional, na data da solicitação de conversão, devendo o pagamento ser realizado até o 5º dia útil subsequente à data de conversão, tendo por base o valor patrimonial da ação. Quando o somatório das frações oriundas de conversões de cada debenturista for superior a 1 (uma) ação, este não mais terá direito ao pagamento em moeda corrente nacional da fração que exceder a 1 (uma) ação.

(Cláusula 2.11.7): As debêntures poderão ser convertidas em ações preferenciais classe A da Companhia, nos termos e condições constantes da escritura e no prospecto de Emissão.

As ações preferenciais classe A da EMISSORA que forem emitidas em decorrência da conversão terão os mesmos direitos, preferências e vantagens estatutariamente garantidos às ações preferenciais classe A previstas no Estatuto Social da Emissora na data de assinatura da presente Escritura e farão jus a todos os dividendos, bonificações e demais vantagens que venham a ser declarados em atos societários da EMISSORA a partir da data da solicitação de conversão pelo Debenturista, ressalvado, porém, que as ações preferenciais classe A resultantes da conversão de Debêntures participarão em dividendos que venham a ser distribuídos relativamente a lucros apurados no

Notas Explicativas

exercício social no qual ocorreu a conversão, pro rata temporis, com base no período de tempo compreendido entre a data de conversão e o término do exercício social.

10) Destinação dos Recursos:

(Clausula 2.12): Destinação dos Recursos: Os recursos captados pela EMISSORA em decorrência da presente emissão serão integralmente destinados da seguinte forma: (i) até R\$ 12.948.705,00 (doze milhões, novecentos e quarenta e oito mil, setecentos e cinco reais) para liquidação de obrigações contratuais da Emissora; e (ii) o saldo remanescente será utilizado para o resgate, sem redução de capital, à conta de reserva de capital a ser formada com o prêmio de emissão das Debêntures, de 92.400 (noventa e duas mil e quatrocentas) ações preferenciais classe A representativas do capital social da EMISSORA, perfazendo o preço de resgate máximo total de R\$ 50.014.503,00 (cinquenta milhões, quatorze mil, quinhentos e três reais).

(Cláusula 2.12.2): A EMISSORA obriga-se a resgatar as ações preferenciais classe A de sua emissão, conforme descrito na Cláusula 2.12 acima, em até 30 (trinta) dias úteis após a publicação do Anúncio de Encerramento de Distribuição ou em até 10 (dias) anteriores a distribuição de participação nos lucros da Companhia referente ao 3º trimestre de 2002, prevalecendo a data que ocorrer primeiro.

11) Remuneração:

(Cláusula 2.16): Participação nos Lucros: Cada Debênture terá direito à participação nos lucros da EMISSORA, a ser paga sob as mesmas condições e até a data do efetivo pagamento pela EMISSORA de

Notas Explicativas

qualquer dividendo, bonificação em dinheiro ou qualquer outra vantagem pecuniária que venha a ser atribuída pela EMISSORA a seus acionistas, inclusive a título de juros sobre capital próprio, resgate ou amortização de ações, com a única ressalva do disposto na Cláusula 2.17 desta Escritura, sempre de forma a que cada Debenturista receba a mesma remuneração bruta a que teria direito se já houvesse convertido a totalidade de suas Debêntures em ações preferenciais classe A da EMISSORA, nas bases de conversão estabelecidas na Cláusula 2.11.5, sendo a participação nos lucros calculada de acordo com a seguinte fórmula, observado o disposto na Cláusula 2.14.1 desta Escritura:

- a. Para as participações nos lucros dos exercícios sociais findos até 31 de dezembro de 2003:

$$R = 4 \times D$$

- b. Para as participações nos lucros a partir dos exercícios sociais iniciados em 01 de janeiro de 2004:

$$R = 4,1233189 \times D$$

- c. Para as participações nos lucros a partir dos exercícios sociais iniciados em 01 de janeiro de 2005:

$$R = 4,1180175 \times D$$

Onde:

R = remuneração total de cada Debênture; e

D = montante, por ação, de qualquer dividendo, bonificação em dinheiro ou qualquer outra vantagem pecuniária que venha a ser atribuída pela EMISSORA a seus acionistas, inclusive a título de juros sobre capital

Notas Explicativas

próprio, resgate ou amortização de ações, com a única ressalva do disposto na Cláusula 2.17 desta Escritura.

(Cláusula 2.16.1): Para fins dos dispostos na Cláusula 2.16 acima, as distribuições de dividendos e participação nos lucros da Emissora, que ocorrerem durante o prazo de colocação das Debêntures e anteriormente ao efetivo resgate das ações preferenciais classe A da Emissora, conforme Cláusula 2.12.2 acima, terão por base o número de ações no qual o capital social da Emissora restaria dividido se, cumulativamente: (a) o resgate das ações preferenciais classe A de emissão da Companhia já houvesse sido efetuado na forma originalmente prevista pela Cláusula 2.12 da Escritura de Emissão; e (b) todos os debenturistas tivessem convertido suas debêntures em ações preferenciais classe A da Emissora.

(Cláusula 2.14): Remuneração: A remuneração das Debêntures será exclusivamente aquela estabelecida na Cláusula 2.16 infra, não fazendo jus a juros ou a qualquer outra remuneração, fixa ou variável.

- 12) Compromisso de Distribuição: (Cláusula 2.17): A Emissora distribuirá a seus acionistas e aos Debenturistas, no conjunto, uma quantia global correspondente a, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) do que teria sido - após a compensação de prejuízos acumulados e da provisão para o pagamento do imposto de renda, da contribuição social sobre o lucro e de qualquer outro tributo que venha a ser criado - o seu lucro líquido no exercício, com os ajustes do artigo 202 da Lei nº 6.404/76 e observado o disposto no parágrafo 5º do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. As distribuições a que se refere esta Cláusula serão realizadas trimestralmente, por conta

Notas Explicativas

da distribuição anual, que será por ocasião da aprovação do balanço de cada exercício social, respeitadas as determinações legais e a disponibilidade financeira e/ou compromissos contratuais ou de investimentos da Emissora.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de dezembro de 2005, decidiu-se, após aprovação em Assembleia Geral dos Debenturistas, alterar o fator de conversibilidade das debêntures para 4,1225 ações preferenciais por debênture e o fator de remuneração para 4,1180175 por debênture.

As debêntures conversíveis representam um instrumento financeiro composto em conformidade com a essência dos termos contratuais e as definições do CPC 39.AG30 & AG31, por conter as características de patrimônio líquido e de dívida. A opção de conversão que está embutida nas debêntures conversíveis e cujo valor justo na data de emissão corresponde ao prêmio das opções constitui um instrumento patrimonial, em aplicação do CPC 39.

Com relação à mensuração subsequente do instrumento patrimonial (opção de conversão) a Companhia atende ao CPC 39 que indica que as alterações de valor justo de instrumentos patrimoniais não devem ser reconhecidas nas demonstrações contábeis.

Colocação das debêntures

Do total ofertado, foram colocadas junto a investidores 13.680 debêntures, que vêm fazendo jus ao recebimento da participação nos resultados, prevista na Escritura de Emissão. Entretanto, as demais debêntures não vendidas (9.420) foram canceladas, no término do prazo de colocação.

As condições completas da Escritura de Debêntures e seus aditivos estão disponíveis no site da Companhia para consulta dos investidores, no endereço www.crt.com.br, na seção de relação com investidores.

Notas Explicativas

Quadro resumo

Debêntures emitidas	Quantidade	Valor nominal unitário	Valor nominal - total	Valor unitário do prêmio	Valor do prêmio - total	Total geral
	23.100	0,56055	12.949	2,16513	50.014	62.963

Debêntures canceladas	Quantidade	Valor nominal unitário	Valor nominal - total	Valor unitário do prêmio	Valor do prêmio - total	Total geral
	9.420	0,56055	5.280	2,16513	20.396	25.676

Debêntures em vigor	Quantidade	Valor nominal unitário	Valor nominal - total	Valor unitário do prêmio	Valor do prêmio - total	Total geral
	13.680	0,56055	7.668	2,16513	29.619	37.287

O valor nominal total de R\$ 7.668 (R\$ 11.096 ajustados a valor presente em 30/09/2018 e R\$ 9.466 em 31/12/2017), corresponde ao compromisso da Companhia com os debenturistas, em caso da não conversão das debêntures.

O valor desta obrigação está sendo reconhecido no balanço patrimonial pelo seu custo amortizado. Em 30 de setembro de 2018, a Companhia provisionou o valor de R\$ 27.452 (2017: R\$ 22.343) correspondente à remuneração dos debenturistas.

O quadro abaixo demonstra a movimentação da remuneração das debêntures:

	Saldo Inicial 31.12.2017	Adições	Baixas	Saldo Final 30.09.2018
Debêntures	5.362	27.452	(24.755)	8.059
Valor Provisionado	5.362	27.452	(24.755)	8.059

17. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social é de R\$ 93.000, dividido em 48.786 ações ordinárias e 37.680 ações preferenciais classe A, sem direito a voto, totalizando 86.466 ações, todas nominativas e sem valor nominal.

Notas Explicativas

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizadas em 27 de abril de 2018, foi deliberado o aumento de R\$ 4.000 no capital social autorizado da Companhia, mediante utilização de Reserva de Lucros e Reserva de Capital, passando a ser R\$ 93.000.

A composição acionária da Companhia está assim constituída:

	30.09.2018						31.12.2017	
	ON	%	PN	%	Total	%	Total	%
Investimentos e Participações em Infraestrutura S/A - INVEPAR	17.994	36,88	3.550	9,42	21.544	24,92	21.544	24,92
CCNE Carioca Concessões S/A	10.264	21,04	8.202	21,77	18.466	21,36	18.466	21,36
ROAD Participações em Concessionárias Ltda.	8.569	17,57	5.800	15,40	14.369	16,62	14.369	16,62
Queiroz Galvão Logística S.A.	10.264	21,04	—	—	10.264	11,87	10.264	11,87
Queiroz Galvão Desenvolvimento de Negócios S/A	—	—	8.201	21,76	8.201	9,48	8.201	9,48
CRT - Fundo de Investimento em Participações	—	—	9.526	25,28	9.526	11,02	9.526	11,02
M.&G. Consultoria e Participações Ltda.	—	—	711	1,89	711	0,82	711	0,82
CREDICOM Comercial Inf. e Serviços Ltda.	625	1,28	588	1,56	1.213	1,40	1.213	1,40
ERG Participações Ltda.	1.070	2,19	1.102	2,92	2.172	2,51	2.172	2,51
Total	48.786	100	37.680	100	86.466	100	86.466	100

b) Dividendo

É assegurado aos acionistas da Companhia dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado na forma legal.

Segundo o estatuto social, a Companhia levantará balanço trimestral e balanço semestral e poderá, por deliberação do Conselho de Administração, declarar a distribuição de dividendo com base nos lucros apurados nesses balanços e/ou à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes, observado o disposto em lei.

Notas Explicativas

Consta também no estatuto social que o dividendo intermediário será sempre considerado como antecipação do dividendo obrigatório.

Abaixo demonstramos a movimentação dos dividendos no período:

	Saldo Inicial 31.12.2017	Atribuídos	Pagos	Saldo Final 30.09.2018
Dividendo mínimo obrigatório a pagar	6	-	-	6
Dividendo de exercício anterior	-	20.724	(20.724)	-
Dividendo proposto	-	17.288	(17.288)	-
Total de dividendos	6	38.012	(38.012)	6

c) Reservas

c.1) Reserva de ágio

Referente a ágio apurado na emissão de ações.

c.2) Reserva para aumento de capital

Constituída com o fim específico de manter a paridade de 20% entre os investimentos realizados e o capital social, conforme consta no contrato de concessão.

c.3) Reserva legal

Constituída à razão de 5% sobre o lucro líquido do exercício e limitado a 20% do capital social integralizado da Companhia.

c.4) Reserva de restituição de capital (estatutária)

Constituída à razão de 1% sobre o lucro líquido do exercício, deduzida a Reserva Legal, limitada a 20% do capital social subscrito. Essa reserva somente poderá ser utilizada para a restituição de capital aos acionistas nos casos de extinção da concessão.

Notas Explicativas

c.5) Reserva para investimentos (estatutária)

Constituída à razão de 5% sobre o lucro líquido do exercício, deduzida a Reserva Legal, limitada a 80% do capital social, com a finalidade de financiar as atividades da Companhia.

c.6) Reserva de retenção de lucros

Constituída para cobrir o orçamento de capital, previsto no Contrato de Concessão (PER), aprovado pelo Conselho de Administração e em conformidade com a Legislação Societária.

As reservas encontram-se abaixo distribuídas:

	30.09.2018	31.12.2017
Reserva de ágio	3.596	3.596
Reserva legal	-	2.106
Reserva de restituição de capital	4.560	4.560
Reserva para investimentos	892	2.786
Reserva de retenção de lucros	51.420	58.293
Total das reservas	60.468	71.341

18. Receitas

	30.09.2018	30.09.2017
Receita de pedágio	188.728	181.183
Receita extraordinária	1.040	964
Receita de construção *	16.867	13.915
Tributos incidentes sobre as receitas	(16.575)	(15.597)
Abatimentos sobre Receitas de Pedágio	(2.550)	(2.461)
Receita líquida	187.510	178.004

* O reconhecimento da receita de construção é realizado de acordo com a Interpretação Técnica ICPC01 – Contrato de Construção. Assim, todo o gasto de infraestrutura é reconhecido na receita de construção, sem acréscimo da margem. No caso da Companhia, como há terceirização da obra, o efeito do reconhecimento de uma margem calculada de

Notas Explicativas

forma suficiente para cobrir a responsabilidade primária do concessionário e eventual custo de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra não é significativo. Em contrapartida, o reconhecimento do custo de construção é igual ao valor reconhecido como receita de construção.

Notas Explicativas**19. Custos**

	30.09.2018	30.09.2017
Custos associados às receitas de pedágio		
Manutenção e conservação		
Pessoal, encargos e benefícios	2.452	2.397
Prestadores de serviço	7.794	7.726
Material, equipamento e veículos	1.509	1.053
Gastos gerais	1.920	1.026
Gastos com aluguéis	151	108
Depreciação e amortização	37.344	30.551
	51.170	42.861
Custo de operação		
Pessoal, encargos e benefícios	9.141	8.690
Prestadores de serviço	8.803	7.917
Material, equipamento e veículos	2.063	1.882
Gastos gerais	758	680
Custos contratuais de concessão	5.718	5.539
	26.483	24.708
Custo de monitoração		
Prestadores de serviço	842	896
Material, equipamento e veículos	8	10
	850	906
Custo de projetos especiais		
Prestadores de serviço	173	136
Custo apropriação	909	668
	1.082	804
Total de custos associados a receita de pedágio	79.585	69.279
Custos associados às receitas de construção		
Custo de construção	16.867	13.915
Total	96.452	83.194

Notas Explicativas**20. Despesas gerais e administrativas**

	30.09.2018	30.09.2017
Salários, encargos e benefícios	6.859	6.518
Serviços de terceiros	2.274	2.419
Despesas de materiais, equipamentos e veículos	1.274	1.173
Despesas gerais	4.234	4.467
Despesas de remuneração de dirigentes	1.098	1.077
Total	15.739	15.654

21. Receitas e despesas, financeiras

	30.09.2018	30.09.2017
Despesas financeiras:		
Despesas de financiamento	(1.371)	(649)
Despesas bancárias	(535)	(654)
Variação monetária passiva	(113)	(258)
Variação cambial passiva	-	(45)
Despesa Financeira - Debêntures	(1.630)	(527)
	(3.649)	(2.133)
Receitas financeiras:		
Rendimentos de aplicações	1.589	3.114
Variação monetária ativa	165	89
Variação cambial ativa	-	79
Juros ativos	-	29
Descontos obtidos	5	9
Outros	1	18
	1.760	3.338
Remuneração de Debenturistas	(27.452)	(22.343)
Total	(29.341)	(21.138)

22. Remuneração dos Administradores e PLR dos Empregados**a) Participação dos Empregados no Lucro (PLR)**

A Companhia atribui a seus empregados remuneração anual baseada na Lei 10.101/2000 (Participação de Empregados nos Lucros e Resultados - PLR), em valor e metodologia aprovados pelo Conselho de Administração e pelo Sindicato da categoria, apresentados

Notas Explicativas

no artigo 31, letra “h”, do Estatuto da Companhia, bem como a seus dirigentes. Do montante provisionado, a título de participação nos resultados em 30 de setembro de 2018, foram atribuídos aos empregados e diretores, R\$ 1.664 (R\$ 1.965 em 2017).

b) Remuneração e Participação dos Administradores

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações e com o Estatuto Social da Companhia, é de responsabilidade dos acionistas fixarem, em Assembleia Geral, o montante global da remuneração anual dos administradores. Cabe ao Conselho de Administração efetuar a distribuição da verba entre os administradores.

Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 27 de abril de 2018, foi fixado o limite de remuneração global anual dos administradores em até R\$ 3.300.

Com relação à remuneração (excluindo-se demais despesas), a composição é a seguinte:

	30.09.2018			30.09.2017		
	Diretores	Conselheiros	Total	Diretores	Conselheiros	Total
Composição						
Pró-labore	1.027	71	1.098	1.007	71	1.078
Bônus variáveis (i)	558	-	558	663	-	663
Outros	62	-	62	59	-	59
Total	1.647	71	1.718	1.729	71	1.800

(i) Valor provisionado, sujeito a alteração quando do pagamento.

23. Instrumentos financeiros e análise de sensibilidade dos ativos e passivos financeiros

(a) Considerações gerais

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam,

Notas Explicativas

necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, segurança e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado bem como na avaliação da situação econômico financeira das instituições envolvidas. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Os valores constantes nas contas do ativo e passivo, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizados na forma contratada até 30 de setembro de 2018 e não divergem, de forma significativa, do seu valor de mercado. Esses valores estão representados substancialmente por disponibilidades e valores equivalentes, contas a receber, fornecedores, empréstimos e financiamentos e obrigações com Poder Concedente.

(b) Análise de sensibilidade à variação da taxa de CDI

A Companhia mantém parte substancial dos equivalentes de caixa indexada à variação do CDI

Operação	Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
Aplicação financeira	31.561	31.561	31.561
Taxa anual estimada do CDI	6,65%	4,99%	3,33%
Efeito anual no caixa líquido	2.099	1.575	1.051

Notas Explicativas

(c) Análise de sensibilidade à variação da taxa de juros

(c.1) BNDES I

Operação	Risco	Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
Passivos financeiros Empréstimos e financiamentos				
BNDES Sub-Crédito C	TJLP + 1,8%	1.184	1.194	1.205
BNDES Sub-Crédito D	TJLP + 2,8%	510	515	519
Referência para passivos financeiros TJLP (% ao ano)		6,56%	8,20%	9,84%

(c.2) BNDES Automático II

Operação	Risco	Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
Passivos financeiros Empréstimos e financiamentos				
BNDES Sub-Crédito1	TJLP + 6,00%	11.820	12.042	12.264
Referência para passivos financeiros TJLP (% ao ano)		6,56%	8,20%	9,84%

(c.3) BNDES III

Operação	Risco	Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
Passivos financeiros Empréstimos e financiamentos				
BNDES Sub-Crédito A	TJLP + 1,89%	6.605	6.662	6.719
BNDES Sub-Crédito B	TJLP + 2,89%	2.918	2.943	2.968
Referência para passivos financeiros TJLP (% ao ano)		6,56%	8,20%	9,84%

Notas Explicativas

(d) Taxas de câmbio

A Companhia não possui operações de câmbio.

(e) Derivativos

No trimestre encerrado em 30 de setembro de 2018, a Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos.

(f) Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e debenturistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever, momentaneamente, a política de pagamento de dividendos e remuneração de debenturistas. A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos (incluindo empréstimos de curto e longo prazo, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida. Em 2018, a Companhia revisou a estratégia em relação a de 2017, flexibilizando o índice de alavancagem financeira entre 0 e 1,00.

Notas Explicativas

Os índices de alavancagem financeira, em 30 de setembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, podem ser assim sumariados:

	30.09.2018	31.12.2017
Debêntures (Nota 16)	19.155	14.828
Total dos empréstimos (Nota 12)	20.944	27.317
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	(34.439)	(21.463)
Dívida líquida	5.660	20.682
Total do patrimônio líquido	153.468	160.341
Total do capital	159.128	181.023
Índice de alavancagem financeira	0,04	0,11

Em 13/10/2017, a Companhia teve o seu rating elevado para 'AAA(bra)' atribuído pela classificadora de riscos "Fitch Ratings", com perspectiva Estável.

24. Resultado por ação

Em atendimento ao CPC 41, a Companhia apresenta a seguir as informações sobre o resultado por ação para os trimestres findos em 30 de setembro de 2018 e de 2017.

O cálculo básico do lucro por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício.

O Capital Social, totalmente subscrito e integralizado é dividido em 48.786 ações ordinárias e 37.680 ações preferenciais classe A, totalizando 86.466 (oitenta e seis mil, quatrocentos e sessenta e seis) ações, todas nominativas e sem valor nominal.

Considerando o cenário de conversão das debêntures, as 13.680 (treze mil seiscentos e oitenta) debêntures são convertidas em 56.396 ações preferenciais classe A, totalizando 142.862 (cento e quarenta e dois mil, oitocentos e sessenta e duas) ações, sendo 48.786 ações ordinárias e 94.076 ações preferenciais classe A.

Notas Explicativas

As ações preferenciais farão jus à percepção de dividendos 10% (dez por cento) maiores do que aqueles pagos às ações ordinárias.

Os quadros abaixo apresentam os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros básico e diluído por ação:

	30.09.2018			30.09.2017		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
Numerador						
Lucro líquido atribuível aos acionistas ordinários e preferenciais	16.452	13.978	30.430	19.698	16.735	36.433
Denominador						
Média ponderada de ações em circulação	48.786	37.680	86.466	48.786	37.680	86.466
Lucro por ação (R\$)	337,23	370,96	351,93	403,76	444,14	421,36

(*) Para o lucro diluído em 30 de setembro de 2018 e 2017, vide quadro abaixo:

	30.09.2018			30.09.2017		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
Numerador						
Lucro líquido atribuível aos acionistas ordinários e preferenciais	9.750	20.680	30.430	11.673	24.760	36.433
(+) Reversão de despesa financeira referente às debêntures conversíveis, líquida de impostos	5.805	12.313	18.118	4.725	10.021	14.746
Lucro líquido atribuível aos acionistas ordinários e preferenciais ajustado ⁽¹⁾	15.555	32.993	48.548	16.398	34.781	51.179
Denominador						
Média ponderada de ações em circulação ⁽²⁾	48.786	94.076	142.862	48.786	94.076	142.862
Lucro por ação (R\$)	318,83	350,71	339,82	336,12	369,70	358,24

(1) A conversão das debêntures em ações, elimina a despesa financeira com a remuneração das debêntures, acarretando o crescimento dos impostos sobre o lucro, impactando negativamente a distribuição de resultado. A diluição decorre, meramente, do impacto fiscal. A conversão em si não gera diluição uma vez que a remuneração das debentures é equivalente a remuneração das ações em circulação.

(2) Considerando-se a ocorrência da conversão das Debêntures em ações preferenciais classe A.

Os efeitos da diluição estão diretamente associados ao percentual de distribuição de lucro apurado. Quanto menor o percentual atribuído aos acionistas e debenturistas, menor impacto das despesas financeiras e, por conseguinte, os ganhos tributários decorrentes desta.

Não houve outras transações envolvendo ações ou potenciais ações entre a data do balanço patrimonial e a data de conclusão destas informações trimestrais. A Companhia

Notas Explicativas

não possui outros instrumentos financeiros conversíveis, além das debêntures descritas na Nota nº 16.

25. Coberturas de seguros

A Companhia possui cobertura de seguros referente ao complexo rodoviário integrante do programa da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) - compreendendo a totalidade da Rodovia BR-116/RJ, no trecho entre Além Paraíba e Teresópolis – Entroncamento da BR-040 (A), cujos limites máximos de cobertura eram os seguintes em 30 de setembro de 2018:

Modalidade	Limite Máximo de Indenização	Vigência	Seguradora
Responsabilidade Civil	10.000	12.09.18 a 12.09.19	Fairfax Brasil Seguros Corporativos
Responsabilidade Civil	2.000	16.01.18 a 23.01.19	Berkley International do Brasil Seguros
Risco de Engenharia	31.624	16.01.18 a 23.07.19	Berkley International do Brasil Seguros
Riscos Operacionais	65.000	11.07.18 a 11.07.19	AIG Seguros Brasil
Garantia	28.282	22.11.17 a 22.11.18	Fator Seguradora
Administradores e Diretores	20.000	15.02.18 a 15.02.19	Travelers Seguros Brasil
Automóveis	4.814	30.01.18 a 30.01.19	Tokio Marine Seguradora

O item “riscos operacionais” é decomposto pelos eventos: desmoronamento; desentulho; gastos adicionais – fluxo de veículos; danos elétricos; vendaval; tumultos, greves e *lock-out*; impacto de veículos terrestres e queda de aeronaves; equipamentos eletrônicos (excluídos roubo e/ou furto); quebra de máquinas; despesas extraordinárias; roubo e/ou furto de bens (incluído equipamento eletrônico). Para cada um desses itens, há limites máximos de cobertura e franquia específica.

Os Riscos de Engenharia são contratados a cada obra e sua vigência é durante a execução desta e a avaliação da sua deficiência não faz parte do escopo de exame ou revisão das demonstrações financeiras pelos auditores independentes.

Notas Explicativas

26. Evento subsequente

Ação de Obrigação de Fazer

A CRT protocolou em 05/05/2017, nova Ação de Obrigação de Fazer, com pedido alternativo condenatório e pedido de tutela de urgência contra a União e a Agência Nacional de Transportes Terrestres ("ANTT") em razão de grave desequilíbrio econômico-financeiro existente no contrato de concessão firmado com a CRT, que persiste desde 2013.

O desequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão foi provocado, principalmente, pelas retiradas das praças de pedágio de PN2 e PN3, localizadas no km 71 e km 14, respectivamente, que desde 2013 a CRT tem tentado junto a ANTT uma forma de reequilibrá-lo.

Em 08/10/2018 foi publicada a decisão do juízo da ação do reequilíbrio do contrato de concessão (8ª Vara de Brasília) que julgou procedente em 22/09/2018, o pleito de pagamento de aporte pela UNIÃO, como forma de reequilíbrio econômico financeiro do contrato de concessão, que se encontra desequilibrado pela suspensão definitiva das receitas de pedágio das praças de PN2 e PN3 pela ANTT em 2013. Esta decisão judicial, promulgada em 1ª instância, terá seus desdobramentos acompanhados pela CRT, que adotará os procedimentos processuais cabíveis até seu trânsito em julgado.

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

A Companhia tem como política não divulgar as projeções dos seus resultados de curto e longo prazo.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

1. Projetos de Investimentos

a) Terceira faixa na serra

A Serra de Teresópolis vem recebendo a terceira faixa de rolamento em 12 de seus 14 quilômetros. O projeto, previsto no contrato de concessão, foi liberado pelos órgãos reguladores e ambientais para sua execução, tendo a CRT iniciado a primeira fase do projeto, que compreende o trecho entre o Km 102 e o Km 98, em abril de 2010.

A primeira fase do projeto foi concluída em setembro de 2011 e em seguida foi iniciada a obra do segundo trecho, do Km 100 ao Km 97.

A segunda fase do projeto foi concluída em julho de 2012 e em agosto de 2012 iniciaram-se as obras do terceiro trecho, do Km 97 ao Km 94, que foram concluídas em novembro de 2014.

Terceira faixa dará maior fluidez ao tráfego da serra

Histórico

O trecho da Serra dos Órgãos (do Km-104 ao Km-90) completou 50 anos de construção em 2009 e, apesar das melhorias e da permanente manutenção, as restrições geográficas e o fato de estar dentro de uma unidade federal de conservação ambiental permanente, o Parque Nacional da Serra dos Órgãos, impediram que grandes obras fossem realizadas desde a sua inauguração.

Saturação

Nos últimos anos, com o aumento do fluxo de veículos, esse trecho passou a apresentar saturação na sua capacidade de absorver o tráfego no local. Como resultado, a fluidez da via e a sua segurança rodoviária vêm se deteriorando ano a ano.

Licenças e autorizações

Embora, de acordo com o contrato de concessão, a obra de construção da terceira faixa na Serra estivesse prevista para ser iniciada há alguns anos, foi necessário aguardar até que diversas avaliações - sobre a obra frente à legislação ambiental

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

brasileira - fossem concluídas e, posteriormente, pela minuciosa análise técnica e ambiental do projeto por parte dos órgãos reguladores para que as licenças e autorizações necessárias para o seu início fossem concedidas.

Início das obras e benefícios

Em abril de 2010, a CRT iniciou a construção de uma terceira faixa na Serra. Essa nova configuração permitiu que veículos lentos utilizem a nova faixa da direita, dando passagem aos veículos mais rápidos. Desta forma, a capacidade de absorção dos veículos que por ali trafegam é significativamente aumentada, proporcionando maior fluidez e, principalmente, mais segurança aos usuários. Os benefícios se estendem aos municípios servidos pela rodovia, cuja economia será ajudada pela eliminação de um gargalo que interfere no escoamento dos seus produtos e pela melhoria da infraestrutura para o desenvolvimento econômico e da vocação turística da Região Serrana.

Intervenções em etapas

Para evitar que a realização de uma obra com tal complexidade, em um trecho onde é impossível a criação de desvios ou rotas alternativas próximas, comprometa excessivamente a fluidez na região e o bem-estar dos usuários, a CRT e a ANTT realizaram um planejamento que previu as intervenções em etapas, dividindo o trecho em segmentos.

Este planejamento aumentou o prazo de conclusão da obra, mas atenuou o desconforto de quem usa a rodovia.

Pesquisas realizadas pelo IBOPE nos últimos anos indicam que a maioria dos motoristas (90%) foi favorável e desejavam a realização da obra, mesmo informados dos eventuais transtornos que as intervenções poderiam causar, já que haverá retenções médias ou intensas, dependendo do horário, do período do ano ou das condições de uso da rodovia.

Vale destacar que, em função de restrições ambientais e geológicas, em alguns pequenos trechos o traçado original não foi alterado.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

Preservação ambiental

Parte significativa das intervenções ocorreu em trechos de uma das mais antigas e importantes unidades de conservação ambiental permanente do Brasil, o PARNASO (Parque Nacional da Serra dos Órgãos).

Ações preventivas relativas ao meio ambiente na execução da obra

- Não houve canteiro de obras na Serra. Foi utilizada a Base de Manutenção e Conservação da CRT, localizada no Km-105 da rodovia.
- Os resíduos gerados durante a obra foram segregados conforme sua classe, armazenados em caçambas estacionárias e destinados a locais de descarte apropriados.
- Foi contratada uma empresa para supervisão ambiental que disponibilizou, entre outros, um técnico ambiental de campo que atuou de forma permanente nas frentes de trabalho, acompanhando e aferindo medidas de proteção ambiental que foram implementadas. Essa equipe assegurou a execução das ações planejadas de preservação ambiental, se antecipando a desdobramentos indesejáveis, assim como a adoção de medidas de controle.
- Foram implantados dispositivos para a contenção de sedimentos que pudessem ser liberados durante a obra.
- Os equipamentos foram dotados de caixas de contenção para evitar derramamentos de óleo ou graxa.
- As margens dos rios foram devidamente protegidas com telas e tapumes para evitar que qualquer material fosse carregado para dentro dos mesmos, tendo sido realizado o monitoramento das condições da água e do ar antes, durante e após a conclusão da obra.
- Os caminhões utilizados para transportar materiais (agregados) para a obra, bem como na destinação dos resíduos gerados, tiveram lonas de cobertura, evitando emissão de material particulado para a atmosfera.
- Mais esclarecimentos podem ser obtidos no site www.crt.com.br.

b) Demais projetos

Dentre as obras e serviços concluídos e em andamento no trimestre, destacamos:

SERVIÇO DE CONSERVA E MANUTENÇÃO

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

- Reparos em cercas delimitatórias na Faixa de Domínio: 2.991 metros
- Manutenção da Sinalização Horizontal: 5.511,93 m2 de pintura e tachas
- Manutenção da Sinalização Vertical: 59 placas, 580 delineadores e 0 Sirex
- Pavimento Rígido: 80 placas do Km 91,5 ao Km 93.

MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE MONITORAÇÃO

- Execução do Programa de monitoramento dos animais atropelados (FAUNA VIVA) e da Qualidade do Ar, Água e Poluição Sonora – Ao longo da área do PARNASO.

OUTROS

- Contenção de Encostas - Km 3,15
- Contenções de Encostas - Km 29
- Passarela - Km 125,7

2. Reequilíbrio do Contrato de Concessão

O contrato de concessão encontra-se desequilibrado pela não recomposição na tarifa do efeito da retirada das praças de pedágio PN2 e PN3, localizadas no km 71 e km 14, respectivamente, desde 2013.

A Companhia protocolou em 05/05/2017, nova Ação de Obrigação de Fazer, com pedido alternativo condenatório e pedido de tutela de urgência contra a União e a Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”) em razão de grave desequilíbrio econômico-financeiro existente no contrato de concessão firmado com a CRT.

A ANTT, através da Resolução 5.417/17 de 20/09/2017 publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 21/09/2017, reconheceu o desequilíbrio do contrato de concessão na 21ª Revisão Ordinária e aprovou a 7ª revisão extraordinária da tarifa básica de pedágio (TBP), autorizando o reajuste da TBP de R\$ 17,10 para R\$ 18,10, que passou a vigorar a partir do dia 25/09/2017.

O juízo da ação do reequilíbrio do contrato de concessão (8ª Vara de Brasília) julgou procedente em 22/09/2018, e publicou a decisão em 08/10/2018, o pleito de

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

pagamento de aporte pela UNIÃO, como forma de reequilíbrio econômico financeiro do contrato de concessão, que se encontra desequilibrado pela suspensão definitiva das receitas de pedágio das praças de PN2 e PN3 pela ANTT em 2013. Esta decisão judicial, promulgada em 1ª instância, terá seus desdobramentos acompanhados pela CRT, que adotará os procedimentos processuais cabíveis até seu trânsito em julgado.

A CRT entende que a ANTT respeitará essa medida e continuará mantendo seu compromisso na excelência de serviços prestados aos usuários da rodovia e na contribuição ao desenvolvimento econômico e social dos municípios onde está presente, como vem ocorrendo ao longo de seus 22 anos.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Administradores e Acionistas

Concessionária Rio Teresópolis S.A.

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Concessionária Rio Teresópolis S.A. (a “Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 30 de setembro 2018, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro 2018 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e de seis meses findos nessa data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Revisamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao período de seis meses findo em 30 de setembro 2018, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada de maneira consistente, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 5 de novembro de 2018

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes CRC 2SP000160/O-5

Aníbal Manoel Gonçalves de Oliveira
Contador CRC 1RJ056588/O-4

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**DECLARAÇÃO**

Pelo presente instrumento, o Diretor-Presidente e o Diretor Financeiro e de Relações com Investidores da Concessionária Rio-Teresópolis S/A ("Concessionária"), sociedade por ações de capital aberto, com sede na Rodovia Santos Dumont (BR 116/RJ), s/nº - km 133,5 - Praça de Pedágio Engenheiro Pierre Berman, no bairro de Bongaba, no município de Magé, no estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ 00.938.574/0001-05, para fins do disposto no inciso VI do artigo 25 da instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009 declaram que:

(i) Reviram, discutiram e concordam com as informações trimestrais da Concessionária relativas ao período findo em 30 de setembro de 2018.

Ricardo Fraiha Bustani
Diretor-Presidente

Carlos Eduardo Soares de Menezes
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO

Pelo presente instrumento, o Diretor-Presidente e o Diretor Financeiro e de Relações com Investidores da Concessionária Rio Teresópolis S/A ("Concessionária"), sociedade por ações de capital aberto, com sede na Rodovia Santos Dumont (BR 116/RJ), s/nº - km 133,5 - Praça de Pedágio Engenheiro Pierre Berman, no bairro de Bongaba, no município de Magé, no estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ 00.938.574/0001-05, para fins do disposto no inciso V do artigo 25 da instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009 declaram que:

(i) Reviram, discutiram e concordam com a conclusão expressa no relatório da Pricewaterhouse Coopers Auditores Independentes, relativamente às informações trimestrais da Concessionária referente ao período findo em 30 de setembro de 2018.

Ricardo Fraiha Bustani
Diretor-Presidente

Carlos Eduardo Soares de Menezes
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores